

# Relatório e Contas

Millenniumbcp Fortis  
GRUPO SEGUADOR

# 2008

*volume 2*

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS



## □ CONTEÚDO

### I Demonstrações financeiras consolidadas

- 6 Demonstração dos resultados consolidados
- 7 Balanço consolidado
- 8 Demonstração das alterações no capital próprio consolidado
- 9 Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

### II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

#### 12 II.1 Políticas contabilísticas

#### 26 II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

#### 29 II.3 Reporte por segmentos

#### 31 II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

- 31 Nota 1 Prémios adquiridos líquidos de resseguro
- 32 Nota 2 Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
- 32 Nota 3 Custos com sinistros, líquidos de resseguro
- 33 Nota 4 Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro
- 34 Nota 5 Custos e gastos de exploração líquidos
- 36 Nota 6 Rendimentos
- 36 Nota 7 Gastos financeiros
- 36 Nota 8 Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 37 Nota 9 Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 37 Nota 10 Diferenças de câmbio
- 38 Nota 11 Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões
- 38 Nota 12 Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
- 39 Nota 13 Custos e gastos por natureza a imputar
- 40 II.5 Notas ao balanço consolidado
- 40 Nota 14 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
- 40 Nota 15 Activos financeiros detidos para negociação
- 40 Nota 16 Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

- 41 Nota 17 Activos financeiros disponíveis para venda
- 41 Nota 18 Empréstimos e contas a receber
- 41 Nota 19 Terrenos e edifícios de rendimento
- 42 Nota 20 Outros activos tangíveis
- 42 Nota 21 Goodwill e outros activos intangíveis
- 43 Nota 22 Provisões técnicas, líquidas de resseguro
- 46 Nota 23 Benefícios a empregados
- 50 Nota 24 Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- 51 Nota 25 Impostos correntes e Impostos diferidos
- 53 Nota 26 Acréscimos e diferimentos
- 53 Nota 27 Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- 53 Nota 28 Outros passivos financeiros
- 54 Nota 29 Outros credores por operações de seguros e outras operações
- 54 Nota 30 Acréscimos e diferimentos
- 55 Nota 31 Outras provisões
- 55 Nota 32 Afectação de investimentos e outros activos
- 56 II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado
- 56 Nota 33 Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor
- 58 II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos
- 58 Nota 34 Conta técnica Não Vida por ramo
- 59 Nota 35 Conta técnica Vida por produto
- 59 II.8 Outras notas
- 59 Nota 36 Transacções com partes relacionadas
- 61 Nota 37 Activos sob gestão
- 61 Nota 38 Gestão de riscos
- 76 Nota 39 Justo valor
- 76 Nota 40 Passivos contingentes e compromissos
- 77 Nota 41 Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
- 77 Nota 42 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
- 83 Nota 43 Ajustamento de transição para o Novo Plano de Contas

### III Relatório dos auditores

### IV Relatório e parecer do Conselho Fiscal





I

# Demonstrações Financeiras Consolidadas

## I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos resultados consolidados [Euros]	Nota	2008				2007			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	981.602.335	130.178.468	-	1.111.780.803	854.378.419	112.890.361	-	967.268.780
Prémios brutos emitidos		1.003.164.387	191.733.956	-	1.194.898.343	874.459.632	175.694.181	-	1.050.153.813
Prémios de resseguro cedido		(21.562.052)	(60.217.181)	-	(81.779.233)	(20.081.213)	(61.856.932)	-	(81.938.145)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(717.123)	-	(717.123)	-	2.593.069	-	2.593.069
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	(621.184)	-	(621.184)	-	(3.539.957)	-	(3.539.957)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	73.106.961	-	-	73.106.961	57.585.022	-	-	57.585.022
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(693.696.004)	(83.122.055)	-	(776.818.059)	(544.604.618)	(70.857.348)	-	(615.461.966)
Montantes pagos		(688.438.818)	(78.751.882)	-	(767.190.700)	(556.535.038)	(69.322.909)	-	(625.857.947)
Montantes brutos		(700.136.970)	(99.606.377)	-	(799.743.347)	(568.097.394)	(89.378.233)	-	(657.475.627)
Parte dos resseguradores		11.698.152	20.854.495	-	32.552.647	11.562.356	20.055.324	-	31.617.680
Provisão para sinistros (variação)		(5.257.186)	(4.370.173)	-	(9.627.359)	11.930.420	(1.534.439)	-	10.395.981
Parte dos resseguradores		(5.514.040)	(4.801.637)	-	(10.315.677)	11.930.420	(868.718)	-	11.061.702
Parte dos resseguradores		256.854	431.464	-	688.318	-	(665.721)	-	(665.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-	112.888	-	112.888	-	(797.856)	-	(797.856)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	(265.568.556)	-	-	(265.568.556)	(287.139.066)	-	-	(287.139.066)
Montante bruto		(265.651.350)	-	-	(265.651.350)	(287.258.796)	-	-	(287.258.796)
Parte dos resseguradores		82.794	-	-	82.794	119.730	-	-	119.730
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	6.951.775	(240.610)	-	6.711.165	(56.822.655)	(95.000)	-	(56.917.655)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(56.152.648)	(23.797.843)	-	(79.950.491)	(49.955.836)	(21.310.923)	-	(71.266.759)
Custos de aquisição		(47.852.593)	(25.545.689)	-	(73.398.282)	(42.988.529)	(22.228.047)	-	(65.216.576)
Custos de aquisição diferidos (variação)		-	459.189	-	459.189	-	(353.848)	-	(353.848)
Gastos administrativos		(15.056.457)	(23.520.501)	-	(38.576.958)	(12.901.536)	(23.111.480)	-	(36.013.016)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		6.756.402	24.809.158	-	31.565.560	5.934.229	24.382.452	-	30.316.681
Rendimentos	6	171.446.453	5.218.131	23.296.996	199.961.580	132.108.542	4.267.658	15.627.033	152.003.233
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		171.326.133	5.218.131	22.695.396	199.239.660	131.415.478	4.267.658	15.627.033	151.310.169
Outros		120.320	-	601.600	721.920	693.064	-	-	693.064
Gastos financeiros	7	(35.843.564)	(3.336.737)	(2.946.456)	(42.126.757)	(16.342.932)	(2.620.748)	(105.141)	(19.068.821)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(22.640.867)	(2.937.158)	(122.495)	(25.700.520)	(16.342.932)	(2.620.748)	(105.141)	(19.068.821)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(13.202.697)	(399.579)	(2.823.961)	(16.426.237)	-	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	(151.155.002)	(4.264.815)	647.700	(154.772.117)	35.548.768	1.127.989	(1.695.653)	34.981.104
De activos disponíveis para venda		(150.827.277)	(4.265.656)	647.700	(154.445.233)	35.548.768	1.129.424	(1.702.087)	34.976.105
De empréstimos e contas a receber		(327.725)	841	-	(326.884)	-	(1.435)	6.434	4.999
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	6.643.132	99.546	(5.375.119)	1.367.559	7.529.649	-	(1.311.455)	6.218.194
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		(43.769.373)	99.546	(2.708)	(43.672.535)	301.095	-	2.092	303.187
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		50.412.505	-	(5.372.411)	45.040.094	7.228.554	-	(1.313.547)	5.915.007
Diferenças de câmbio	10	(725.885)	4.857	12.129	(708.899)	(176.077)	-	812.353	636.276
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	-	-	1.773.510	1.773.510	(554.111)	(1.047.732)	148.754	(1.453.089)
De activos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	(1.047.732)	-	(1.047.732)
De outros		-	-	1.773.510	1.773.510	(554.111)	-	148.754	(405.357)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(43.861.134)	45.305	-	(43.815.829)	(57.590.066)	3.265	-	(57.586.801)
Outras provisões (variação)	11	-	-	(530.261)	(530.261)	-	-	(320.000)	(320.000)
Outros rendimentos/gastos	12	-	-	9.473.608	9.473.608	-	-	10.755.381	10.755.381
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>(7.252.137)</b>	<b>20.897.135</b>	<b>26.352.107</b>	<b>39.997.105</b>	<b>73.965.039</b>	<b>21.559.666</b>	<b>23.911.272</b>	<b>119.435.977</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	25	-	-	(20.357.630)	(20.357.630)	-	-	(44.893.546)	(44.893.546)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	25	-	-	8.787.722	8.787.722	-	-	12.636.133	12.636.133
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(7.252.137)</b>	<b>20.897.135</b>	<b>14.782.199</b>	<b>28.427.197</b>	<b>73.965.039</b>	<b>21.559.666</b>	<b>(8.346.141)</b>	<b>87.178.564</b>

<b>Balanco consolidado [Euros]</b>	<b>Nota</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	359.796.252	186.933.195
Activos financeiros detidos para negociação	15	73.315.927	1.608.257
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.271.845.562	5.636.663.557
Activos disponíveis para venda	17	4.446.002.376	4.287.221.338
Empréstimos e contas a receber	18	646.359.569	142.726.144
Depósitos junto de empresas cedentes		7.120	7.120
Outros depósitos		646.352.449	142.719.024
Terrenos e edifícios de rendimento	19	7.437.136	7.759.612
Outros activos tangíveis	20	1.325.337	1.901.190
Inventários		19.950	19.950
Goodwill	21	315.740.469	315.740.469
Outros activos intangíveis	21	310.727.104	357.218.017
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	65.393.663	65.243.736
Provisão para prémios não adquiridos		21.163.827	21.785.012
Provisão matemática do ramo vida		519.860	437.066
Provisão para sinistros		43.709.976	43.021.658
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	2.850.652	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24	106.825.506	73.444.129
Contas a receber por operações de seguro directo		58.865.205	23.231.821
Contas a receber por outras operações de resseguro		12.343.175	10.887.216
Contas a receber por outras operações		35.617.126	39.325.092
Activos por impostos	25	1.783.548	2.795.216
Activos por impostos correntes		-	766.260
Activos por impostos diferidos		1.783.548	2.028.956
Acréscimos e diferimentos	26	2.661.212	2.717.566
<b>Total activo</b>		<b>11.612.084.263</b>	<b>11.081.992.376</b>
Provisões técnicas	22	4.425.150.930	4.163.472.870
Provisão para prémios não adquiridos		46.425.470	46.167.537
Provisão matemática do ramo vida		4.213.312.427	3.912.269.472
Provisão para sinistros		114.083.017	105.921.025
De vida		34.879.834	29.358.274
De acidentes de trabalho		16.899.831	15.629.528
De outros ramos		62.303.352	60.933.223
Provisão para participação nos resultados		48.591.708	96.263.641
Provisão para desvios de sinistralidade		640.854	633.752
Provisão para riscos em curso		2.097.454	2.217.443
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.317.041.241	5.515.678.039
Outros passivos financeiros	28	557.478.703	165.249.489
Depósitos recebidos de resseguradores		61.678.301	64.638.966
Outros		495.800.402	100.610.523
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	-	1.144.230
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	111.240.598	58.726.819
Contas a pagar por operações de seguro directo		19.988.504	2.597.829
Contas a pagar por outras operações de resseguro		15.995.272	7.283.468
Contas a pagar por outras operações		75.256.822	48.845.522
Passivos por impostos	25	63.700.763	84.805.422
Passivos por impostos correntes		4.262.299	16.146.778
Passivos por impostos diferidos		59.438.464	68.658.644
Acréscimos e diferimentos	30	11.950.047	28.035.937
Outras Provisões	31	2.402.672	1.872.411
<b>Total passivo</b>		<b>10.488.964.954</b>	<b>10.018.985.217</b>
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		(53.186.214)	(96.300.676)
Reserva por impostos diferidos e correntes		14.190.498	25.620.007
Outras reservas		5.997.679	4.438.878
Resultados transitados		127.687.774	42.068.011
Resultado do exercício		28.427.197	87.178.564
<b>Total capital próprio</b>	<b>33</b>	<b>1.123.119.309</b>	<b>1.063.007.159</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>11.612.084.263</b>	<b>11.081.992.376</b>
<b>Resultados por acção</b>		<b>0,1</b>	<b>0,4</b>

## □ I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Demonstração das alterações no capital próprio consolidado [Euros]

	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Saldos em 01 de Janeiro de 2007	1.000.002.375	(1.379.178)	463.624	(915.554)	2.040.821	9.149.804	70.316.264	1.080.593.710
Transferência de resultados	-	-	-	-	2.398.057	67.918.207	(70.316.264)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(95.148.334)	25.216.495	(69.931.839)	-	-	-	(69.931.839)
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	-	226.836	(60.112)	166.724	-	-	-	166.724
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.178.564	87.178.564
Dividendos pagos em 2007	-	-	-	-	-	(35.000.000)	-	(35.000.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(96.300.676)</b>	<b>25.620.007</b>	<b>(70.680.669)</b>	<b>4.438.878</b>	<b>42.068.011</b>	<b>87.178.564</b>	<b>1.063.007.159</b>
Transferência de resultados	-	-	-	-	1.558.801	85.619.763	(87.178.564)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	45.547.389	(12.074.235)	33.473.154	-	-	-	33.473.154
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(2.432.927)	644.726	(1.788.201)	-	-	-	(1.788.201)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.427.197	28.427.197
Dividends paid in 2008	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(53.186.214)</b>	<b>14.190.498</b>	<b>(38.995.716)</b>	<b>5.997.679</b>	<b>127.687.774</b>	<b>28.427.197</b>	<b>1.123.119.309</b>



Demonstração dos fluxos de caixa consolidados [Euros]	2008	2007
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	28.427.197	87.178.564
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	47.586.291	52.034.190
Variação nas provisões técnicas	261.678.060	322.945.090
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(198.636.798)	338.560.718
Variação de provisões	530.261	112.840
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(149.927)	4.087.313
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.773.510)	1.453.090
Variação nos impostos diferidos activos/passivos	(20.404.281)	(37.749.959)
<b>Variações nos activos e passivos operacionais</b>		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	(71.707.670)	(1.234.881)
Empréstimos concedidos e contas a receber	(503.633.425)	(55.000.000)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(31.607.867)	27.601.958
Outros activos e passivos	(31.142.637)	11.247.610
Outros passivos financeiros	392.229.214	1.873.472
Outros credores por operações de seguros e outras operações	52.513.779	(135.484.798)
	<b>(76.091.313)</b>	<b>617.625.207</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	364.817.995	(306.331.598)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(115.666.576)	(383.067.013)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(197.049)	(321.000)
	<b>248.954.370</b>	<b>(689.719.611)</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	-	(35.000.000)
		<b>(35.000.000)</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>172.863.057</b>	<b>(107.094.404)</b>
Caixa e equivalentes no início do período	186.933.195	294.027.599
Caixa e equivalentes no final do período	359.796.252	186.933.195





## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### II.1 Políticas contabilísticas

#### *a) Bases de apresentação*

A Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Fortis' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Fortis (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objectivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Fortis, a Millenniumbcp Fortis adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efectivação do contrato. As acções foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril de 2007. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

O Grupo adoptou o IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como o IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou a partir de 2008 o IAS 39 e IFRS 7 – Reclassificação de Instrumentos Financeiros e IFRIC 14 e IAS 19 – Limite para activos de benefícios definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos



vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### **Transição para o Novo Plano de Contas**

Na preparação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de acordo com os IFRS excepto os critérios de mensuração do IFRS 4, a Grupo elegeu aplicar de acordo com o IFRS 1 – Adopção dos IFRS pela primeira vez, a data de transição para os IFRS da ('Companhia mãe'). Em consequência a data de transição foi 1 de Janeiro de 2005.

A explicação de como a transição para o Novo Plano de Contas afectou a performance financeira do Grupo é fornecida na nota 43.

### ***b) Bases de consolidação***

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ('Grupo').

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados de empresas subsidiárias. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício concorrem para os resultados consolidados desde a data de aquisição até à data de venda.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% de participação	Actividade económica
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de Pensões
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de Saúde

### Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos pelo Grupo.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O *goodwill* positivo é registado no activo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

### Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

### c) Contratos de seguro e de investimento

#### Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

### Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento colectivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respectivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

### d) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *e) Provisões técnicas*

#### **Provisão matemática do ramo Vida**

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

#### **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

#### **Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

#### **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

#### **Provisão para envelhecimento**

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros do Grupo, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

#### **Teste de adequação das responsabilidades**

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

#### **Provisão para desvio de sinistralidade**

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.



**Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)**

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 22).

**f) Activos financeiros****Classificação**

A Millenniumbcp Fortis classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.
- Activos financeiros disponíveis para venda – Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

**Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

**Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*"bid-price"*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### **Reclassificação entre categorias**

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, *"Loans and Receivables"* ou para activos financeiros detidos até à maturidade (*"Held-to-maturity"*), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo não adoptou esta possibilidade.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

**Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

**Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

***g) Passivos financeiros***

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

***h) Compensação de instrumentos financeiros***

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

***i) Acordos de recompra***

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *j) Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Fortis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

### *k) Operações em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### *l) Activos tangíveis*

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.



As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### *m) Activos intangíveis*

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *n) Propriedades de investimento*

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

### *o) Locações*

A Millenniumbcp Fortis classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

#### **Locações financeiras – como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

### *p) Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

### *q) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

### *r) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

### *s) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

### *t) Benefícios aos empregados*

#### **Plano de benefício definido**

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora ("CCT").

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)”.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por um único fundo de pensões denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias do Grupo para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

### **Plano de contribuição definida**

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

### **Benefícios de saúde**

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.



**Bónus**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

**Sistema de incentivos baseado em acções**

À data de 31 de Dezembro de 2008, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

*u) Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

*v) Reporte por segmentos*

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Seguros de Vida e Pensões
- Seguros Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

As actividades do Grupo localizam-se apenas em Portugal.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *x) Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para envelhecimento, (6) teste de adequação das responsabilidades, (7) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (8) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. O Grupo regista pro-

visões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### *Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda*

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Imparidade dos activos de longo prazo*

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos activos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

## II.3 Reporte por segmentos

Demonstração dos resultados consolidados [Euros]	2008			2007		
	Vida e Pensões	Não vida	Total	Vida e Pensões	Não vida	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	981.602.335	130.178.468	1.111.780.803	854.378.419	112.890.361	967.268.780
Prémios brutos emitidos	1.003.164.387	191.733.956	1.194.898.343	874.459.632	175.694.181	1.050.153.813
Prémios de resseguro cedido	(21.562.052)	(60.217.181)	(81.779.233)	(20.081.213)	(61.856.932)	(81.938.145)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(717.123)	(717.123)	-	2.593.069	2.593.069
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(621.184)	(621.184)	-	(3.539.957)	(3.539.957)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	73.106.961	-	73.106.961	57.585.022	-	57.585.022
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(693.696.004)	(83.122.055)	(776.818.059)	(544.604.618)	(70.857.348)	(615.461.966)
Montantes pagos	(688.438.818)	(78.751.882)	(767.190.700)	(556.535.038)	(69.322.909)	(625.857.947)
Montantes brutos	(700.136.970)	(99.606.377)	(799.743.347)	(568.097.394)	(89.378.233)	(657.475.627)
Parte dos resseguradores	11.698.152	20.854.495	32.552.647	11.562.356	20.055.324	31.617.680
Provisão para sinistros (variação)	(5.257.186)	(4.370.173)	(9.627.359)	11.930.420	(1.534.439)	10.395.981
Parte dos resseguradores	(5.514.040)	(4.801.637)	(10.315.677)	11.930.420	(868.718)	11.061.702
Parte dos resseguradores	256.854	431.464	688.318	-	(665.721)	(665.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	112.888	112.888	-	(797.856)	(797.856)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(265.568.556)	-	(265.568.556)	(287.139.066)	-	(287.139.066)
Montante bruto	(265.651.350)	-	(265.651.350)	(287.258.796)	-	(287.258.796)
Parte dos resseguradores	82.794	-	82.794	119.730	-	119.730
Participação nos resultados, líquida de resseguro	6.951.775	(240.610)	6.711.165	(56.822.655)	(95.000)	(56.917.655)
Custos e gastos de exploração líquidos	(56.152.648)	(23.797.843)	(79.950.491)	(49.955.836)	(21.310.923)	(71.266.759)
Custos de aquisição	(47.852.593)	(25.545.689)	(73.398.282)	(42.988.529)	(22.228.047)	(65.216.576)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	459.189	459.189	-	(353.848)	(353.848)
Gastos administrativos	(15.056.457)	(23.520.501)	(38.576.958)	(12.901.536)	(23.111.480)	(36.013.016)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	6.756.402	24.809.158	31.565.560	5.934.229	24.382.452	30.316.681
Rendimentos	191.821.252	8.140.328	199.961.580	145.714.621	6.288.612	152.003.233
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	191.099.332	8.140.328	199.239.660	145.021.557	6.288.612	151.310.169
Outros	721.920	-	721.920	693.064	-	693.064
Gastos financeiros	(38.501.828)	(3.624.929)	(42.126.757)	(16.373.771)	(2.695.050)	(19.068.821)
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(22.664.187)	(3.036.333)	(25.700.520)	(16.373.771)	(2.695.050)	(19.068.821)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(15.837.641)	(588.596)	(16.426.237)	-	-	-
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(149.562.083)	(5.210.034)	(154.772.117)	33.519.732	1.461.372	34.981.104
De activos disponíveis para venda	(149.234.358)	(5.210.875)	(154.445.233)	33.515.363	1.460.742	34.976.105
De empréstimos e contas a receber	(327.725)	841	(326.884)	4.369	630	4.999
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.269.829	97.730	1.367.559	6.218.194	-	6.218.194
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	(43.770.265)	97.730	(43.672.535)	303.187	-	303.187
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	45.040.094	-	45.040.094	5.915.007	-	5.915.007
Diferenças de câmbio	(729.765)	20.866	(708.899)	636.276	-	636.276
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(10.679)	1.784.189	1.773.510	215.804	(1.668.893)	(1.453.089)
De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	(1.047.732)	(1.047.732)
De outros	(10.679)	1.784.189	1.773.510	215.804	(621.161)	(405.357)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(43.861.134)	45.305	(43.815.829)	(57.590.066)	3.265	(57.586.801)
Outras provisões (variação)	(776.907)	246.646	(530.261)	-	(320.000)	(320.000)
Outros rendimentos/gastos	8.429.419	1.044.189	9.473.608	8.035.861	2.719.520	10.755.381
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>	<b>14.321.967</b>	<b>25.675.138</b>	<b>39.997.105</b>	<b>93.817.917</b>	<b>25.618.060</b>	<b>119.435.977</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(12.815.917)	(7.541.713)	(20.357.630)	(38.189.134)	(6.704.412)	(44.893.546)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	9.047.766	(260.044)	8.787.722	12.910.937	(274.804)	12.636.133
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>10.553.816</b>	<b>17.873.381</b>	<b>28.427.197</b>	<b>68.539.720</b>	<b>18.638.844</b>	<b>87.178.564</b>



## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balço consolidado [Euros]	2008			2007		
	Vida	Não vida	Total	Vida	Não vida	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	339.167.630	20.628.622	359.796.252	169.445.438	17.487.757	186.933.195
Activos financeiros detidos para negociação	73.297.332	18.595	73.315.927	1.589.203	19.054	1.608.257
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.271.845.562	-	5.271.845.562	5.636.663.557	-	5.636.663.557
Activos disponíveis para venda	4.305.348.371	140.654.005	4.446.002.376	4.145.956.034	141.265.304	4.287.221.338
Empréstimos e contas a receber	571.791.319	74.568.250	646.359.569	109.354.024	33.372.120	142.726.144
Depósitos junto de empresas cedentes	-	7.120	7.120	-	7.120	7.120
Outros depósitos	571.791.319	74.561.130	646.352.449	109.354.024	33.365.000	142.719.024
Terrenos e edifícios de rendimento	7.437.136	-	7.437.136	7.759.612	-	7.759.612
Outros activos tangíveis	1.182.310	143.027	1.325.337	1.579.037	322.153	1.901.190
Inventários	-	19.950	19.950	-	19.950	19.950
Goodwill	247.487.477	68.252.992	315.740.469	247.487.477	68.252.992	315.740.469
Outros activos intangíveis	310.597.629	129.475	310.727.104	356.902.311	315.706	357.218.017
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.082.941	64.310.722	65.393.663	743.293	64.500.443	65.243.736
Provisão para prémios não adquiridos	-	21.163.827	21.163.827	-	21.785.012	21.785.012
Provisão matemática do ramo vida	519.860	-	519.860	437.066	-	437.066
Provisão para sinistros	563.081	43.146.895	43.709.976	306.227	42.715.431	43.021.658
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.407.673	1.442.979	2.850.652	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	83.213.072	23.612.434	106.825.506	50.841.811	22.602.318	73.444.129
Contas a receber por operações de seguro directo	47.969.205	10.896.000	58.865.205	18.984.303	4.247.518	23.231.821
Contas a receber por outras operações de resseguro	242.251	12.100.924	12.343.175	115.843	10.771.373	10.887.216
Contas a receber por outras operações	35.001.616	615.510	35.617.126	31.741.665	7.583.427	39.325.092
Activos por impostos	-	1.783.548	1.783.548	-	2.795.216	2.795.216
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	766.260	766.260
Activos por impostos diferidos	-	1.783.548	1.783.548	-	2.028.956	2.028.956
Acréscimos e diferimentos	2.462.595	198.617	2.661.212	549.978	2.167.588	2.717.566
<b>Total activo</b>	<b>11.216.321.047</b>	<b>395.763.216</b>	<b>11.612.084.263</b>	<b>10.728.871.775</b>	<b>353.120.601</b>	<b>11.081.992.376</b>
Provisões técnicas	4.296.568.161	128.582.769	4.425.150.930	4.037.785.160	125.687.710	4.163.472.870
Provisão para prémios não adquiridos	-	46.425.470	46.425.470	-	46.167.537	46.167.537
Provisão matemática do ramo vida	4.213.312.427	-	4.213.312.427	3.912.269.472	-	3.912.269.472
Provisão para sinistros	34.879.834	79.203.183	114.083.017	29.358.274	76.562.751	105.921.025
De vida	34.879.834	-	34.879.834	29.358.274	-	29.358.274
De acidentes de trabalho	-	16.899.831	16.899.831	-	15.629.528	15.629.528
De outros ramos	-	62.303.352	62.303.352	-	60.933.223	60.933.223
Provisão para participação nos resultados	48.375.900	215.808	48.591.708	96.157.414	106.227	96.263.641
Provisão para desvios de sinistralidade	-	640.854	640.854	-	633.752	633.752
Provisão para riscos em curso	-	2.097.454	2.097.454	-	2.217.443	2.217.443
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.317.041.241	-	5.317.041.241	5.515.678.039	-	5.515.678.039
Outros passivos financeiros	489.293.684	68.185.019	557.478.703	107.054.913	58.194.576	165.249.489
Depósitos recebidos de resseguradores	7.274.771	54.403.530	61.678.301	6.444.390	58.194.576	64.638.966
Outros	482.018.913	13.781.489	495.800.402	100.610.523	-	100.610.523
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	190.699	953.531	1.144.230
Outros credores por operações de seguros e outras operações	87.982.920	23.257.678	111.240.598	49.652.524	9.074.295	58.726.819
Contas a pagar por operações de seguro directo	13.423.392	6.565.112	19.988.504	1.017.632	1.580.197	2.597.829
Contas a pagar por outras operações de resseguro	4.428.452	11.566.820	15.995.272	4.954.639	2.328.829	7.283.468
Contas a pagar por outras operações	70.131.076	5.125.746	75.256.822	43.680.253	5.165.269	48.845.522
Passivos por impostos	61.163.713	2.537.050	63.700.763	84.606.168	199.254	84.805.422
Passivos por impostos correntes	1.725.249	2.537.050	4.262.299	15.947.524	199.254	16.146.778
Passivos por impostos diferidos	59.438.464	-	59.438.464	68.658.644	-	68.658.644
Acréscimos e diferimentos	7.785.091	4.164.956	11.950.047	20.490.065	7.545.872	28.035.937
Outras Provisões	1.938.342	464.330	2.402.672	1.161.435	710.976	1.872.411
<b>Total passivo</b>	<b>10.261.773.152</b>	<b>227.191.802</b>	<b>10.488.964.954</b>	<b>9.816.619.003</b>	<b>202.366.214</b>	<b>10.018.985.217</b>
Capital	889.997.375	110.005.000	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	(49.742.600)	(3.443.614)	(53.186.214)	(92.928.053)	(3.372.623)	(96.300.676)
Reserva por impostos diferidos e correntes	13.277.940	912.558	14.190.498	24.722.085	897.922	25.620.007
Outras reservas	4.498.911	1.498.768	5.997.679	3.994.990	443.888	4.438.878
Resultados transitados	85.962.453	41.725.321	127.687.774	17.926.655	24.141.356	42.068.011
Resultado do exercício	10.553.816	17.873.381	28.427.197	68.539.720	18.638.844	87.178.564
<b>Total capital próprio</b>	<b>954.547.895</b>	<b>168.571.414</b>	<b>1.123.119.309</b>	<b>912.252.772</b>	<b>150.754.387</b>	<b>1.063.007.159</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>	<b>11.216.321.047</b>	<b>395.763.216</b>	<b>11.612.084.263</b>	<b>10.728.871.775</b>	<b>353.120.601</b>	<b>11.081.992.376</b>

## II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

### Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
Prémios brutos emitidos – Vida	1.003.164.387	874.459.632
Prémios brutos emitidos – Não Vida	191.733.956	175.694.181
Prémios brutos emitidos	1.194.898.343	1.050.153.813
Prémios resseguro cedido – Vida	(21.562.052)	(20.081.213)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(60.217.181)	(61.856.932)
Prémios resseguro cedido	(81.779.233)	(81.938.146)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	(717.123)	2.593.069
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	(621.184)	(3.539.957)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	(1.338.307)	(946.887)
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida</b>	<b>981.602.335</b>	<b>854.378.419</b>
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida</b>	<b>130.178.468</b>	<b>112.890.361</b>
<b>Prémios adquiridos, líquidos de resseguro</b>	<b>1.111.780.803</b>	<b>967.268.780</b>

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
Contratos de seguro	210.230.540	174.035.142
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	792.933.847	700.424.490
<b>Prémios brutos emitidos (IFRS 4)</b>	<b>1.003.164.387</b>	<b>874.459.632</b>

[Euros]	2008	2007
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	508.929.688	184.881.806
Relativos a contratos de grupo	494.234.699	689.577.826
	<b>1.003.164.387</b>	<b>874.459.632</b>
Periódicos	267.188.709	253.167.479
Não periódicos	735.975.678	621.292.153
	<b>1.003.164.387</b>	<b>874.459.632</b>
De contratos sem participação nos resultados	11.691.630	8.548.138
De contratos com participação nos resultados	991.472.757	865.911.494
	<b>1.003.164.387</b>	<b>874.459.632</b>
Prémios de resseguro aceite	-	-
<b>Resultado resseguro cedido</b>	<b>(2.767.850)</b>	<b>(2.464.899)</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

[Euros]	2008		2007	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	131.598.071	129.636.664	116.003.244	116.562.313
Incêndio e outros danos	35.123.882	34.961.352	32.574.805	33.221.145
Automóvel	19.215.454	20.206.027	20.934.385	22.220.795
Outros	5.796.549	6.212.790	6.181.748	6.282.997
<b>Total</b>	<b>191.733.956</b>	<b>191.016.833</b>	<b>175.694.181</b>	<b>178.287.250</b>

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

[Euros]	2008		2007	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	23.744.132	23.232.913	22.501.986	24.081.803
Incêndio e outros danos	13.638.918	13.607.231	14.752.971	15.456.585
Automóvel	19.111.488	20.102.061	20.934.385	22.220.795
Outros	3.722.642	3.896.160	3.667.591	3.637.706
<b>Total</b>	<b>60.217.181</b>	<b>60.838.365</b>	<b>61.856.932</b>	<b>65.396.889</b>

### *Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços*

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 73.107.000 (2007: Euros 57.585.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

### *Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro*

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Sinistros pagos</b>						
Montantes brutos	60.739.125	638.992.988	699.732.113	57.506.029	510.142.817	567.648.846
Parte dos resseguradores	(11.698.152)	-	(11.698.152)	(11.562.356)	-	(11.562.356)
	49.040.973	638.992.988	688.033.961	45.943.673	510.142.817	556.086.490
<b>Variação da provisão para sinistros</b>						
Montantes brutos	6.870.563	(1.356.523)	5.514.040	74.295	(12.004.715)	(11.930.420)
Parte dos resseguradores	(256.854)	-	(256.854)	-	-	-
	6.613.709	(1.356.523)	5.257.186	74.295	(12.004.715)	(11.930.420)
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>55.654.682</b>	<b>637.636.465</b>	<b>693.291.147</b>	<b>46.017.968</b>	<b>498.138.102</b>	<b>544.156.070</b>
<b>Custos com Sinistros (imputados)</b>			<b>404.857</b>			<b>448.548</b>
<b>Total</b>			<b>693.696.004</b>			<b>544.604.618</b>

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	73.427.295	9.027.280	11.810.359	(823.434)	93.441.500
Parte dos resseguradores	(4.990.157)	(3.070.582)	(11.810.359)	(983.397)	(20.854.495)
	68.437.138	5.956.698	-	(1.806.831)	72.587.005
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	3.395.511	1.169.660	(2.191.421)	2.427.887	4.801.637
Parte dos resseguradores	(2.055.911)	(379.120)	2.014.373	(10.806)	(431.464)
	1.339.600	790.540	(177.048)	2.417.081	4.370.173
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>69.776.738</b>	<b>6.747.238</b>	<b>(177.048)</b>	<b>610.250</b>	<b>76.957.178</b>
<b>Custos com Sinistros (imputados)</b>	<b>4.616.838</b>	<b>770.089</b>	<b>391.949</b>	<b>386.000</b>	<b>6.164.877</b>
<b>Total</b>	<b>74.393.576</b>	<b>7.517.327</b>	<b>214.901</b>	<b>996.250</b>	<b>83.122.055</b>

[Euros]	2007				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	60.419.614	8.083.711	12.109.185	2.823.212	83.435.722
Parte dos resseguradores	(4.518.558)	(2.685.930)	(11.908.611)	(942.225)	(20.055.324)
	55.901.056	5.397.781	200.574	1.880.987	63.380.398
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.881.237	797	(458.302)	(555.014)	868.718
Parte dos resseguradores	(215.286)	248.034	443.788	189.185	665.721
	1.665.951	248.831	(14.514)	(365.829)	1.534.439
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>57.567.007</b>	<b>5.646.612</b>	<b>186.060</b>	<b>1.515.158</b>	<b>64.914.837</b>
<b>Custos com Sinistros (imputados)</b>	<b>4.813.638</b>	<b>864.684</b>	<b>63.416</b>	<b>200.773</b>	<b>5.942.511</b>
<b>Total</b>	<b>62.380.645</b>	<b>6.511.296</b>	<b>249.476</b>	<b>1.715.931</b>	<b>70.857.348</b>

#### *Nota 4 – Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro*

O saldo desta rubrica para o ramo vida é analisado como segue:

[Euros]	2008		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	32.081.489	233.569.861	265.651.350
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(82.794)	-	(82.794)
	31.998.695	233.569.861	265.568.556
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	4.001.466	(10.953.241)	(6.951.775)
<b>Total</b>	<b>36.000.161</b>	<b>222.616.620</b>	<b>258.616.781</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[Euros]	2007		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática – valor bruto	5.849.424	281.409.372	287.258.796
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(119.730)	–	(119.730)
	5.729.694	281.409.372	287.139.066
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	7.796.677	49.025.978	56.822.655
<b>Total</b>	<b>13.526.371</b>	<b>330.435.350</b>	<b>343.961.721</b>

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	–	7.101	–	–	7.101
Variação da provisão para riscos em curso	(35.246)	(448.093)	240.863	122.487	(119.989)
	(35.246)	(440.992)	240.863	122.487	(112.888)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	240.610	–	–	–	240.610
<b>Total</b>	<b>205.364</b>	<b>(440.992)</b>	<b>240.863</b>	<b>122.487</b>	<b>127.722</b>

[Euros]	2007				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	–	160.590	–	–	160.590
Variação da provisão para riscos em curso	660.043	417.187	(389.148)	(50.816)	637.266
	660.043	577.777	(389.148)	(50.816)	797.856
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	95.000	–	–	–	95.000
<b>Total</b>	<b>755.043</b>	<b>577.777</b>	<b>(389.148)</b>	<b>(50.816)</b>	<b>892.856</b>

### Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

[Euros]	2008			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	16.665.399	11.349.800	15.344.818	43.360.017
Custos de aquisição alocados	2.434.303	1.785.920	272.353	4.492.576
Custos administrativos – comissões	11.512	–	–	11.512
Custos administrativos alocados	7.172.765	6.305.846	1.566.334	15.044.945
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(6.756.402)	–	–	(6.756.402)
<b>Total</b>	<b>19.527.577</b>	<b>19.441.566</b>	<b>17.183.505</b>	<b>56.152.648</b>



[Euros]	2007			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	13.363.220	10.333.329	14.044.669	37.741.218
Custos de aquisição alocados	2.774.359	2.274.922	198.030	5.247.311
Custos administrativos – comissões	9.883	–	–	9.883
Custos administrativos alocados	6.116.092	4.874.624	1.900.937	12.891.653
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(5.934.229)	–	–	(5.934.229)
<b>Total</b>	<b>16.329.325</b>	<b>17.482.875</b>	<b>16.143.636</b>	<b>49.955.836</b>

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	11.120.478	2.927.441	1.776.709	404.131	16.228.759
Custos de aquisição alocados	6.964.580	1.362.597	707.624	282.129	9.316.930
Variação dos custos de aquisição diferidos	(320.169)	(59.150)	67.208	(147.078)	(459.189)
Custos administrativos – comissões	305.751	1.613	153	1.158	308.675
Custos administrativos alocados	15.210.508	4.474.809	2.767.712	758.797	23.211.826
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(11.025.959)	(5.472.025)	(7.722.749)	(588.425)	(24.809.158)
<b>Total</b>	<b>22.255.189</b>	<b>3.235.285</b>	<b>(2.403.343)</b>	<b>710.712</b>	<b>23.797.843</b>

[Euros]	2007				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	9.217.072	2.498.929	1.816.747	170.667	13.703.415
Custos de aquisição alocados	6.053.660	1.487.006	728.950	255.016	8.524.632
Variação dos custos de aquisição diferidos	104.437	40.339	146.662	62.410	353.848
Custos administrativos – comissões	168.192	4.895	444	134	173.665
Custos administrativos alocados	14.987.923	4.356.968	2.933.209	659.715	22.937.815
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(11.072.392)	(4.884.168)	(7.999.438)	(426.454)	(24.382.452)
<b>Total</b>	<b>19.458.892</b>	<b>3.503.969</b>	<b>(2.373.426)</b>	<b>721.488</b>	<b>21.310.923</b>

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 55.578.000 (2007: Euros 48.342.000) relacionados com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição com a Millenniumbcp Fortis.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Nota 6 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	164.183.093	143.430.039
Rendimentos de depósitos bancários	35.056.567	7.880.130
	199.239.660	151.310.169
Rendimentos de propriedades de investimento	721.920	693.064
<b>Total</b>	<b>199.961.580</b>	<b>152.003.233</b>

### Nota 7 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 25.701.000 (2007: Euros 19.069.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, feito em 2008, no montante de Euros 16.426.000 (ver nota 36).

### Nota 8 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	9.832.813	(2.429.337)	7.403.476	204.601	(7.062.359)	(6.857.758)
Obrigações de outros emissores	788.169	(3.877.453)	(3.089.284)	1.104.763	(220.340)	884.423
Acções	14.821.577	(173.581.003)	(158.759.425)	66.008.402	(25.058.962)	40.949.440
<b>De investimentos disponíveis para venda</b>	<b>25.442.559</b>	<b>(179.887.792)</b>	<b>(154.445.233)</b>	<b>67.317.766</b>	<b>(32.341.661)</b>	<b>34.976.105</b>
De empréstimos concedidos e contas a receber	842	(327.725)	(326.884)	6.434	(1.435)	4.999
<b>Total</b>	<b>25.443.401</b>	<b>(180.215.517)</b>	<b>(154.772.117)</b>	<b>67.324.200</b>	<b>(32.343.096)</b>	<b>34.981.104</b>

### Nota 9 – Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

[Euros]	2008			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De activos financeiros detidos para negociação	16.803.419	(12.169.282)	(48.306.672)	(43.672.535)
De activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas relacionados – investimentos com derivados embutidos	1.231.243	(7.656.282)	2.054.732	(4.370.307)
De activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas – Unit Linked	6.323.832.607	(6.773.487.675)	499.065.469	49.410.400
Total de activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	6.325.063.850	(6.781.143.957)	501.120.201	45.040.094
<b>Total</b>	<b>6.341.867.269</b>	<b>(6.793.313.239)</b>	<b>452.813.529</b>	<b>1.367.559</b>

[Euros]	2007			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De activos financeiros detidos para negociação	1.152.187	(849.000)	–	303.187
De activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas relacionados – investimentos com derivados embutidos	–	(2.541.574)	1.604.008	(937.566)
De activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas – Unit Linked	527.832.901	(691.349.588)	170.369.260	6.852.574
Total de activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	527.832.901	(693.891.162)	171.973.268	5.915.008
<b>Total</b>	<b>528.985.088</b>	<b>(694.740.162)</b>	<b>171.973.268</b>	<b>6.218.195</b>

### Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
De investimentos disponíveis para venda	1.498.043	–
De activos financeiros ao justo valor através de resultados relacionados – investimentos com derivados embutidos	(2.000.000)	–
De activos financeiros ao justo valor através de resultados – Unit Linked	63.551	–
De empréstimos concedidos e contas a receber	(270.493)	636.276
<b>Total</b>	<b>(708.899)</b>	<b>636.276</b>

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Note 11 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões*

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

[Euros]	2008	2007
De activos financeiros disponíveis para venda	-	1.047.732
De propriedades de investimento	-	554.111
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	(1.628.225)	(1.156.576)
De outros devedores	(145.285)	1.007.822
<b>Total imparidade</b>	<b>(1.773.510)</b>	<b>1.453.089</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	<b>530.261</b>	<b>320.000</b>
<b>Total</b>	<b>(1.243.249)</b>	<b>1.773.089</b>

### *Note 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro*

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 46.804.000 (2007: Euros 50.861.000) relativos à amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 21).

Em 2007, os outros rendimentos/gastos técnicos incluem também um montante de Euros 1.638.000 relacionado com o contrato de prestação de serviços do Sistema de Orientação Pediátrica – Saúde 24 com a Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo e Centro. Em 22 de Março de 2007, a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde vendeu à Direcção Regional de Saúde a marca “Saúde 24”.

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 11.834.000 (2007: Euros 12.969.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

### Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.411.463	1.258.008
Remunerações – pessoal	17.209.682	18.222.130
Encargos sobre remunerações	3.213.999	3.064.795
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	1.477.844	695.719
Seguros obrigatórios	783.485	661.666
Gastos de acção social	71.486	125.754
Outros gastos	358.502	23.550
	24.526.461	24.051.623
Fornecimentos e serviços externos	33.245.831	31.893.078
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	322.476	332.676
Equipamento de transporte e outro equipamento	33.765	91.341
Equipamento informático	80.419	74.750
	436.660	498.767
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	373.594	672.597
Valor do negócio adquirido (VOBA)	46.803.994	50.860.783
Outros activos intangíveis	2.043	2.043
	47.179.631	51.535.423
Outros	32.130.316	24.409.563
<b>Total</b>	<b>137.518.899</b>	<b>132.388.453</b>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 3.398.000 (2007: 2.793.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 4.509.000 (2007: Euros 3.620.000) de Juros suportados e um montante de Euros 24.223.000 (2007: Euros 17.997.000) relativos a Comissões e outros gastos decorrente da utilização de serviços bancários.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

[Euros]	2008	2007
Custos com sinistros	6.569.734	6.391.059
Custos de exploração		
Custos de aquisição	13.809.506	13.771.943
Custos administrativos	38.256.771	35.829.468
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	25.578.025	18.963.680
Alocados à Conta Não Técnica	122.495	105.141
Outros custos não alocados	53.182.368	57.327.162
<b>Total</b>	<b>137.518.899</b>	<b>132.388.453</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 454 e 454 dos quais 438 e 440 a tempo inteiro, respectivamente.



## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### II.5 Notas ao balanço consolidado

#### *Note 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem*

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Caixa	61	87
Depósitos bancários	359.796.191	186.933.107
<b>Total</b>	<b>359.796.252</b>	<b>186.933.195</b>

#### *Nota 15 – Activos financeiros detidos para negociação*

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008		2007	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
<b>Derivados</b>				
Swaps taxa juro	64.984.254	4.880.648.299	-	-
Contratos Forward	8.319.140	65.169.661	1.608.257	31.325.000
Opções	293	950.000	-	-
FRA	12.240	41.500.000	-	-
<b>Total</b>	<b>73.315.927</b>	<b>4.988.267.960</b>	<b>1.608.257</b>	<b>31.325.000</b>

#### *Nota 16 – Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	3.309.869	152.315	3.462.184	1.256.494	284.438	1.540.932
Obrigações de outros emissores	5.842.901.915	(608.259.134)	5.198.003.400	5.735.583.839	(163.608.810)	5.571.975.029
Acções	89.434.533	(19.054.555)	70.379.978	61.529.896	1.617.700	63.147.596
<b>Total</b>	<b>5.935.646.317</b>	<b>(627.161.374)</b>	<b>5.271.845.562</b>	<b>5.798.370.229</b>	<b>(161.706.672)</b>	<b>5.636.663.557</b>

### Nota 17 – Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008				2007			
	Custo amortizado	Imparidade	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Imparidade	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	2.360.088.772	-	39.296.460	2.399.385.232	2.093.220.091	-	(63.482.326)	2.029.737.765
Obrigações de outros emissores	1.636.296.888	-	(84.828.058)	1.551.468.831	1.569.002.452	-	(32.682.082)	1.536.320.370
Ações	422.837.222	-	(5.221.689)	417.615.533	650.766.634	(1.049.476)	(136.268)	649.580.890
Juros a receber	77.532.780	-	-	77.532.780	71.582.313	-	-	71.582.313
<b>Total</b>	<b>4.496.755.663</b>	<b>-</b>	<b>(50.753.287)</b>	<b>4.446.002.376</b>	<b>4.384.571.490</b>	<b>(1.049.476)</b>	<b>(96.300.676)</b>	<b>4.287.221.338</b>

Em 2007, foi reconhecida uma perda por imparidade de Euros 1.048.000. A cotação das acções em causa apresentavam uma significativa e prolongada queda, não havendo no mercado, expectativa de recuperação. Divulgações adicionais sobre os activos financeiros são prestadas na nota 38 – “Gestão de riscos”.

### Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

### Nota 19 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(1.412.080)	(1.089.604)
Imparidade	(2.267.364)	(2.267.364)
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>7.437.136</b>	<b>7.759.612</b>
<b>Justo valor</b>	<b>7.437.136</b>	<b>7.759.612</b>

A vida útil estimada das propriedades de investimento, é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	25 anos
Componentes	10 anos

Em 31 de Dezembro de 2007 foi efectuada uma avaliação do imóvel, levada a cabo por uma entidade especializada e independente. Uma perda por imparidade de Euros 554.000 foi reconhecida, uma vez que o justo valor do imóvel (valor recuperável) indicado era inferior ao seu valor líquido de balanço.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Nota 20 – Outros activos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	947.388	921.009
Equipamento administrativo	1.106.926	1.106.926
Outro equipamento	1.724.050	2.212.306
	3.778.364	4.240.241
<b>Amortizações acumuladas</b>	(2.453.027)	(2.339.051)
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.325.337</b>	<b>1.901.190</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

[Euros]	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	921.009	1.106.926	2.212.306	4.240.241
Aquisições	26.587	-	6.234	32.821
Transferências	(208)	-	(494.490)	(494.698)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	947.388	1.106.926	1.724.050	3.778.364
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	690.922	1.074.477	573.652	2.339.051
Amortizações do exercício	80.419	17.950	15.815	114.184
Transferências	(208)	-	-	(208)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	771.133	1.092.427	589.467	2.453.027
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007</b>	<b>230.087</b>	<b>32.449</b>	<b>1.638.654</b>	<b>1.901.190</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2008</b>	<b>176.255</b>	<b>14.499</b>	<b>1.134.583</b>	<b>1.325.337</b>

### Nota 21 – Goodwil e Outros activos intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008			Total
	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	315.740.469	527.989.676	3.400.723	847.130.868
Aquisições	-	-	194.227	194.227
Transferências	-	-	494.698	494.698
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	315.740.469	527.989.676	4.089.648	847.819.793
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	(171.087.884)	(3.084.498)	(174.172.382)
Amortizações do exercício	-	(46.803.994)	(375.636)	(47.179.630)
Transferências	-	-	(208)	(208)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	(217.891.878)	(3.460.342)	(221.352.220)
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007</b>	<b>315.740.469</b>	<b>356.901.792</b>	<b>316.225</b>	<b>672.958.486</b>
<b>Saldo líquido em 31 de Dezembro 2008</b>	<b>315.740.469</b>	<b>310.097.798</b>	<b>629.306</b>	<b>626.467.573</b>

O *goodwill* está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

[Euros]

Segmento Vida e Pensões	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477
Segmento Não Vida	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Medis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Como referido nas políticas contabilísticas, em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do VOBA – *value of bussiness acquired*, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efectuado com base no orçamento a 5 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo. O valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 12% (2007: 9%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

[Euros]	2009	2010	2011	2012	2013	Anos seguintes
VOBA – Amortização estimada	41.635.344	29.699.749	28.245.997	24.373.851	22.445.973	163.696.884

## Note 22 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

[Euros]

	2008		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Valor bruto</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	203.969.902	4.009.342.525	4.213.312.427
Provisão para sinistros do ramo vida	23.684.341	11.195.493	34.879.834
Provisão para participação nos resultados	2.938.535	45.437.365	48.375.900
Atribuída	2.693.577	29.761.264	32.454.841
A atribuir	244.958	15.676.101	15.921.059
<b>Total bruto</b>	<b>230.592.778</b>	<b>4.065.975.383</b>	<b>4.296.568.161</b>
<b>Resseguro cedido</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	519.860	–	519.860
Provisão para sinistros do ramo vida	563.081	–	563.081
<b>Total resseguro</b>	<b>1.082.941</b>	<b>–</b>	<b>1.082.941</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>229.509.837</b>	<b>4.065.975.383</b>	<b>4.295.485.220</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

[Euros]	2007		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
<b>Valor bruto</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	171.631.221	3.740.638.252	3.912.269.472
Provisão para sinistros do ramo vida	16.907.748	12.450.526	29.358.274
Provisão para participação nos resultados	3.217.862	92.939.552	96.157.414
Atribuída	3.217.862	35.105.563	38.323.426
A atribuir	-	57.833.989	57.833.989
<b>Total bruto</b>	<b>191.756.831</b>	<b>3.846.028.330</b>	<b>4.037.785.160</b>
<b>Resseguro cedido</b>			
Provisão matemática do ramo Vida	437.066	-	437.066
Provisão para sinistros do ramo vida	306.227	-	306.227
<b>Total resseguro</b>	<b>743.293</b>	<b>-</b>	<b>743.293</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>191.013.537</b>	<b>3.846.028.330</b>	<b>4.037.041.867</b>

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2008 foi registada uma responsabilidade adicional no montante de Euros 1.001.000, resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efectuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

[Euros]	2008				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Valor bruto</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	33.672.417	4.901.214	5.469.231	2.382.608	46.425.470
Provisão para sinistros	44.239.895	7.559.593	22.957.930	4.445.765	79.203.183
Provisão para participação nos resultados	215.808	-	-	-	215.808
Provisão para desvios de sinistralidade	-	592.396	-	48.458	640.854
Provisão para riscos em curso	1.157.782	179.470	417.648	342.554	2.097.454
<b>Total bruto</b>	<b>79.285.902</b>	<b>13.232.673</b>	<b>28.844.809</b>	<b>7.219.385</b>	<b>128.582.769</b>
<b>Resseguro cedido</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	12.414.069	995.839	6.086.561	1.667.358	21.163.827
Provisão para sinistros	19.549.835	1.398.653	21.315.007	883.400	43.146.895
<b>Total resseguro</b>	<b>31.963.904</b>	<b>2.394.492</b>	<b>27.401.568</b>	<b>2.550.758</b>	<b>64.310.722</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>47.321.998</b>	<b>10.838.181</b>	<b>1.443.241</b>	<b>4.668.627</b>	<b>64.272.047</b>



[Euros]	2007				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
<b>Valor bruto</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	32.031.180	4.797.834	6.392.596	2.945.927	46.167.537
Provisão para sinistros	40.598.518	6.389.738	25.164.002	4.410.493	76.562.751
Provisão para participação nos resultados	106.227	-	-	-	106.227
Provisão para desvios de sinistralidade	-	585.295	-	48.457	633.752
Provisão para riscos em curso	1.193.028	627.563	176.784	220.068	2.217.443
<b>Total bruto</b>	<b>73.928.953</b>	<b>12.400.430</b>	<b>31.733.382</b>	<b>7.624.945</b>	<b>125.687.710</b>
<b>Resseguro cedido</b>					
Provisão para prémios não adquiridos	11.902.850	964.152	7.077.134	1.840.876	21.785.012
Provisão para sinistros	17.493.923	1.019.533	23.329.380	872.595	42.715.431
<b>Total resseguro</b>	<b>29.396.773</b>	<b>1.983.685</b>	<b>30.406.514</b>	<b>2.713.471</b>	<b>64.500.443</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>44.532.180</b>	<b>10.416.745</b>	<b>1.326.868</b>	<b>4.911.474</b>	<b>61.187.267</b>

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 11.708.000 (2007: Euros 10.981.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objectivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 1.158.000 (em 2007: Euros 576.000 tinha sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades).

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 25.862.000 (2007: Euros 23.592.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 2.512.000 (2007: Euros 3.121.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

[Euros]	2008	2007
Provisão para prémios não adquiridos	52.069.601	51.352.479
Custos de aquisição diferidos	(5.644.131)	(5.184.942)
<b>Saldo líquido</b>	<b>46.425.470</b>	<b>46.167.537</b>

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

[Euros]	2008	2007
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	5.184.942	5.538.790
Custos de aquisição do ano	5.644.131	5.184.942
Amortização dos custos de aquisição	(5.184.942)	(5.538.790)
<b>Custos de aquisição diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>5.644.131</b>	<b>5.184.942</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

[Euros]	2008			2007		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de Janeiro	96.157.414	106.227	96.263.641	64.256.045	526.000	64.782.045
Montantes pagos	(42.976.629)	(131.029)	(43.107.658)	(24.921.286)	(514.773)	(25.436.059)
Estimativa de montantes a atribuir	(6.951.775)	240.610	(6.711.166)	56.822.655	95.000	56.917.655
'Shadow accounting'	2.146.890	-	2.146.890	-	-	-
<b>Total</b>	<b>48.375.900</b>	<b>215.808</b>	<b>48.591.708</b>	<b>96.157.414</b>	<b>106.227</b>	<b>96.263.641</b>

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao *shadow adjustment*, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2008 o montante do *shadow adjustment* era de Euros 2.433.000 (em 2007: Euros 286.000 incluído na provisão matemática como parte do teste de adequação de responsabilidades).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, foi atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

[Euros]	2008	2007
Participação nos resultados a atribuir, 1 Janeiro	57.833.988	43.913.573
Libertação, de acordo com plano participação	(43.376.230)	-
Atribuída durante o ano	1.463.301	13.920.415
<b>Total, 31 Dezembro</b>	<b>15.921.059</b>	<b>57.833.988</b>
Participação nos resultados, 1 Janeiro	38.323.426	20.342.471
Participação nos resultados distribuída no ano	(42.976.629)	(24.921.286)
Participação nos resultados atribuída – contratual	7.832.977	13.587.340
Participação nos resultados atribuída – comercial	10.891.204	3.719.430
Participação nos resultados atribuída – decisão de gestão	18.383.863	25.595.471
<b>Participação nos resultados, 31 Dezembro</b>	<b>32.454.841</b>	<b>38.323.426</b>

### Nota 23 – Benefícios a empregados

#### Pensões de reforma e outros benefícios

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT"). Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2008	2007
<b>Número de participantes</b>		
Activos	400	403
Reformados e Pensionistas	23	24
	<b>423</b>	<b>427</b>

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2008	2007
Taxa de desconto	5,75%	5,35%
Taxa de crescimento salarial	3,25%	3,25%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,81%	6,30%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	2,25%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV73/77 - 1 ano	TV73/77 - 1 ano
Mulheres	TV 88/90 - 2 anos	TV 88/90
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2008 e 2007, são como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(20.026.116)	(3.184.397)	(23.210.513)	(17.158.821)	(2.248.963)	(19.407.784)
Justo valor dos activos do fundo	20.218.077	-	20.218.077	17.950.264	-	17.950.264
Valor líquido	191.961	(3.184.397)	(2.992.436)	791.443	(2.248.963)	(1.457.520)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	5.491.248	351.840	5.843.088	623.126	(309.836)	313.290
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b>5.683.209</b>	<b>(2.832.557)</b>	<b>2.850.652</b>	<b>1.414.569</b>	<b>(2.558.799)</b>	<b>(1.144.230)</b>

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, nos termos do Plano Complementar, os benefícios estabelecidos dentro do plano (de benefício definido), estabelecido no termos do Contrato colectivo nº72 - fundo pensões 'Horizonte Valorização'.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 14 (2007: 8), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.010.000 (2007: Euros 2.177.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisado como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	17.158.821	2.248.963	19.407.784	13.419.651	2.145.575	15.565.226
Custo do serviço corrente	867.206	126.253	993.459	666.237	166.430	832.667
Custo dos juros	908.208	119.546	1.027.754	617.314	99.141	716.455
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pelo Grupo	(442.215)	(42.017)	(484.232)	(471.560)	(31.037)	(502.597)
(Ganhos)/perdas actuariais	905.252	650.469	1.555.721	2.907.818	(131.146)	2.776.672
Programas de reformas antecipadas	482.762	81.183	563.945	-	-	-
Transferências entre fundos	146.082	-	146.082	19.361	-	19.361
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>20.026.116</b>	<b>3.184.397</b>	<b>23.210.513</b>	<b>17.158.821</b>	<b>2.248.963</b>	<b>19.407.784</b>

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	867.206	126.253	993.459	666.237	166.430	832.667
Custo dos juros	908.208	119.546	1.027.754	617.314	99.141	716.455
Rendimento esperado do fundo	(1.118.018)	-	(1.118.018)	(853.402)	-	(853.402)
Amortização dos ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	21.911	(11.207)	10.704	-	-	-
Programas de reformas antecipadas	482.762	81.183	563.945	-	-	-
<b>Custo do exercício</b>	<b>1.162.069</b>	<b>315.775</b>	<b>1.477.844</b>	<b>430.149</b>	<b>265.571</b>	<b>695.720</b>

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é analisada como segue:

[Euros]	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	17.950.264	14.645.067
Contribuições do Grupo	5.430.709	1.625.371
Pagamentos efectuados pelo fundo	(442.215)	(471.560)
Retorno esperado do fundo	1.118.018	853.402
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	(3.984.781)	1.278.623
Transferências entre fundos	146.082	19.361
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>20.218.077</b>	<b>17.950.264</b>

Os ganhos e perdas actuariais em 2008 e 2007, são analisadas como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/perdas actuariais no início do exercício	623.126	(309.836)	313.290	(1.006.069)	(178.690)	(1.184.759)
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	905.252	650.469	1.555.721	2.907.818	(131.146)	2.776.672
Ganhos/(perdas) actuariais do fundo	3.984.781	-	3.984.781	(1.278.623)	-	(1.278.623)
Amortização dos ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidos	(21.911)	11.207	(10.704)	-	-	-
<b>(Ganhos)/perdas actuariais no final do exercício</b>	<b>5.491.248</b>	<b>351.840</b>	<b>5.843.088</b>	<b>623.126</b>	<b>(309.836)</b>	<b>313.290</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros 1.002.000 e Euros 292.000 respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pelas Companhias do Grupo ascenderam a Euros 5.431.000 (2007: Euros 1.625.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

[Euros]	2008			2007		
	Planos de Pensões	Outros Benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros Benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 1 Janeiro	1.414.569	(2.558.799)	(1.144.230)	219.347	(2.324.265)	(2.104.918)
Custo normal do ano	(1.162.069)	(315.775)	(1.477.844)	(430.149)	(265.571)	(695.720)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	5.430.709	42.017	5.472.726	1.625.371	31.037	1.656.408
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas balanço em 31 Dezembro</b>	<b>5.683.209</b>	<b>(2.832.557)</b>	<b>2.850.652</b>	<b>1.414.569</b>	<b>(2.558.799)</b>	<b>(1.144.230)</b>

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

[Euros]	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(23.210.513)	(19.407.784)	(15.565.226)	(15.508.050)
Justo valor dos activos do fundo	20.218.077	17.950.264	14.645.067	13.341.742
Valor líquido	(2.992.436)	(1.457.520)	(920.159)	(2.166.308)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	5.843.088	313.290	(1.184.759)	791.953
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b>2.850.652</b>	<b>(1.144.230)</b>	<b>(2.104.918)</b>	<b>(1.374.355)</b>

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

[Euros]	2008	2007
Títulos de rendimento variável	2.011.543.442	3.047.027.839
Títulos de rendimento fixo	2.133.379.774	2.025.109.274
Imóveis	385.213.975	390.250.469
Outros	833.315.486	195.411.123
	<b>5.363.452.677</b>	<b>5.657.798.705</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões BCP, do qual a Millenniumbcp Fortis representa apenas cerca de 0,38% (2007: 0,32%) do total do fundo.

Os títulos emitidos pelo Grupo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
Títulos de rendimento fixo	61.901.080	230.658.533
Títulos de rendimento variável	366.784.860	157.091.021
	<b>428.685.940</b>	<b>387.749.554</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os imóveis registado nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados pelo Grupo ascendem a Euros 31.457.000 (2007: Euros 31.668.000).

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,50% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Impacto no custo com pensões	19.970	20.897
Impacto nas responsabilidades	373.132	357.763

### Note 24 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Tomadores de seguros	61.473.099	33.224.067
Mediadores de seguros	484.780	735.558
Resseguradores	13.792.021	12.618.221
Estado e outros entes públicos	24.728.349	26.026.395
	100.478.249	72.604.240
Imparidade	(4.541.521)	(6.169.746)
<b>Total</b>	<b>95.936.728</b>	<b>66.434.493</b>
Outros devedores	10.923.070	7.189.213
Imparidade	(34.292)	(179.577)
<b>Total Outros devedores</b>	<b>10.888.778</b>	<b>7.009.636</b>
<b>Total</b>	<b>106.825.506</b>	<b>73.444.129</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 55.835.000 (2007: Euros 25.131.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 6.699.000 (2007: Euros 5.520.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensões-



gere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 3.882.000 (2007: Euro 6.275.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Em Outros devedores está ainda incluído Euros 8.031.000 (2007: Euros 5.582.000) relativos a investimentos vendidos nos últimos dias do ano e cujo recebimento só deverá ocorrer no início de 2009.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

[Euros]	2008		2007	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	6.169.746	179.577	7.087.979	1.294.741
Reversões	-	-	(1.156.576)	-
Dotação do exercício	(1.628.225)	(145.285)	-	1.007.822
Transferências e outros movimentos	-	-	238.343	(2.122.987)
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>4.541.521</b>	<b>34.292</b>	<b>6.169.746</b>	<b>179.577</b>

### Note 25 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5%, a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

[Euros]	Activos		Passivos		Líquido	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Propriedades de investimento	-	-	(577.247)	(577.247)	(577.247)	(577.247)
Activos intangíveis	-	-	(82.175.916)	(94.578.975)	(82.175.916)	(94.578.975)
Activos financeiros	16.459.064	17.352.331	-	-	16.459.064	17.352.331
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.075.530	9.952.111	112.226	(42.028)	7.187.756	9.910.083
Provisões	816.545	905.997	-	-	816.545	905.997
Outros	634.882	507.008	-	(148.885)	634.882	358.123
<b>Impostos diferidos activos/(passivos)</b>	<b>24.986.021</b>	<b>28.717.447</b>	<b>(82.640.937)</b>	<b>(95.347.135)</b>	<b>(57.654.916)</b>	<b>(66.629.688)</b>
Líquido de activos/passivos	(23.202.473)	(26.688.491)	23.202.473	26.688.491	-	-
<b>Impostos diferidos activos/(passivos)</b>	<b>1.783.548</b>	<b>2.028.956</b>	<b>(59.438.464)</b>	<b>(68.658.644)</b>	<b>(57.654.916)</b>	<b>(66.629.688)</b>

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O movimento do imposto diferido de balanço em 2008 e 2007, foi reconhecido como segue:

[Euros]	2008		2007	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	-	-	235.264	(158.179)
Activos intangíveis	12.403.059	-	13.478.108	-
Activos financeiros	(1.080.317)	187.050	1.138.702	23.892.361
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(2.722.327)	-	(1.945.103)	1.422.200
Provisões	(89.452)	-	(583.271)	-
Outros	276.759	-	312.433	-
<b>Impostos diferidos activos/(passivos)</b>	<b>8.787.722</b>	<b>187.050</b>	<b>12.636.133</b>	<b>25.156.382</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2008 e 2007 é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Imposto corrente	(20.357.630)	(44.893.546)
Imposto diferido	8.787.722	12.636.133
<b>Total do imposto reconhecido em resultados</b>	<b>(11.569.908)</b>	<b>(32.257.413)</b>

O imposto sobre o rendimento reconhecido na reserva de justo valor (capital próprio) em 2008 e 2007 é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Imposto corrente	(11.616.560)	-
Imposto diferido	25.807.057	25.620.007
<b>Total do imposto reconhecido na reserva de justo valor</b>	<b>14.190.498</b>	<b>25.620.007</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

[Euros]	2008	2007
Resultado antes de impostos	39.997.105	119.435.977
Taxa de imposto	26.5%	26.5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	10.599.233	31.650.534
Dividendos excluídos de tributação	(110.824)	(188.991)
Tributação autónoma	110.789	65.495
Outras diferenças permanentes	970.710	730.375
	<b>11.569.908</b>	<b>32.257.413</b>

Durante o ano de 2008, a legislação fiscal aplicável às Companhias de seguros em Portugal foi alterada.

### *Nota 26 – Acréscimos e diferimentos*

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui um montante de Euros 2.213.000 relativos a comissões de gestão cobradas pela Pensõesger pela gestão dos diversos fundos de pensões.

### *Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento*

Esta rubrica no montante de Euros 5.317.041.000 (2007: Euros 5.515.678.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de unit linked. Este passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

### *Note 28 – Outros passivos financeiros*

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Depósitos recebidos de resseguradores	61.678.301	64.638.966
Outros passivos		
Passivos de negociação	–	100.610.523
Outros	495.800.402	–
<b>Total</b>	<b>557.478.703</b>	<b>165.249.489</b>

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os Outros passivos inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 495.883.000. Os activos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas Demonstrações financeiras da Millenniumbcp Fortis, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 36).

Os passivos de negociação correspondem a *swaps* de taxa de juro.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Tomadores de seguros e intermediários	19.988.504	2.597.829
Resseguradores	15.995.272	7.283.468
<b>Credores por operações seguro e resseguro</b>	<b>35.983.776</b>	<b>9.881.297</b>
IVA e outros impostos a pagar	7.995.698	6.289.165
Outros saldos a pagar	67.261.124	42.556.357
<b>Outros credores</b>	<b>75.256.822</b>	<b>48.845.522</b>
<b>Total</b>	<b>111.240.598</b>	<b>58.726.819</b>

O valor em dívida ao sector público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à actividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensões-Gere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2008, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 33.657.000 (2007: Euros 11.458.000) relativo a investimentos adquiridos nos últimos dias do ano e que serão pagos no início de 2009 (operações a liquidar).

Em 2008, o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 16.004.000 estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

### Nota 30 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Proveitos diferidos	–	6.672.610
Acréscimo de custos	11.950.047	21.363.327
<b>Total</b>	<b>11.950.047</b>	<b>28.035.937</b>

Em 2007 os Acréscimos de custos incluem Euros 14.051.000 relativos a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A pelo contrato de distribuição dos produtos do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2008, esse valor estava incluído em Tomadores de seguros e intermediários (ver nota 29).

Esta rubrica inclui ainda o montante de Euros 5.545.000 (2007: Euros 5.180.000) relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar.

A estimativa do valor actual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 867.000 (2007: Euros 777.000), está também incluído nos Acréscimos de custos.

Os proveitos diferidos dizem respeito a comissões relativas aos contratos *unit linked*.

### Nota 31 – Outras Provisões

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta conta é analisado como segue:

[Euros]	2008	2007
Provisão para impostos	–	317.824
Outras provisões	2.402.672	1.554.587
<b>Total</b>	<b>2.402.672</b>	<b>1.872.411</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

[Euros]	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	1.872.411	1.759.570
Dotação do exercício	530.261	320.000
Reversão	–	(207.159)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>2.402.672</b>	<b>1.872.411</b>

### Nota 32 – Afectação de investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2008, a afectação dos investimentos e outros activos à cobertura das provisões técnicas é analisada como se segue:

[Euros]	2008				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Contratos investimento – Unit Linked	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	275.701.837	34.800.510	20.156.370	29.137.535	359.796.252
Terrenos e edifícios	7.437.136	–	–	–	7.437.136
Activos financeiros detidos para negociação	1.479.024	71.818.308	15.817	2.778	73.315.927
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	22.696.235	5.235.206.181	–	13.943.146	5.271.845.562
Investimentos disponíveis para venda	4.026.746.416	–	126.108.801	293.147.159	4.446.002.376
Empréstimos concedidos e contas a receber	473.846.239	1.364.298	29.184.537	141.964.495	646.359.569
Outros activos tangíveis	315.827	–	38.618	970.892	1.325.337
Outros activos/passivos financeiros	(396.513.294)	(27.941.093)	(7.285.742)	(88.153.224)	(519.893.354)
<b>Total</b>	<b>4.411.709.420</b>	<b>5.315.248.204</b>	<b>168.218.401</b>	<b>391.012.780</b>	<b>10.286.188.805</b>
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento ao justo valor através de resultados	4.296.568.161	5.317.041.241	128.582.769	–	9.742.192.171
<b>Excesso/(insuficiência)</b>	<b>115.141.259</b>	<b>(1.793.037)</b>	<b>39.635.632</b>	<b>391.012.780</b>	<b>543.996.634</b>

A diferença existente nos contratos *Unit Linked*, refere-se basicamente a resgates emitidos cuja liquidação está em curso.

Em 31 de Dezembro de 2007 a representação das provisões técnicas enviada ao Instituto de Seguros de Portugal foi feito de acordo com o anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 94”), não podendo ser feito o paralelo em termos de activos/passivos para que a informação possa ser reportada de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”).

O Outros activos/passivos financeiros incluem os valores referentes ao acordo de venda e recompra (REPO) de activos de rendimento fixo celebrado com o Banco Comercial Português.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

#### *Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor*

##### **Capital**

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 acções com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os accionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Fortis Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. *	49
	<b>100</b>

\* Através da Seguros e Pensões Gere S.G.P.S., S.A., entidade detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

##### **Reserva legal**

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Fortis tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

##### **Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)**

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2008 e 2007 foi como segue:

[Euros]	2008	2007
Saldos em 01 de Janeiro	(96.300.676)	(1.152.341)
Ajustamentos no justo valor	195.248.160	(79.147.000)
Imparidade	-	1.047.732
Vendas	(149.700.771)	(17.049.067)
<b>Saldos em 31 de Dezembro</b>	<b>(50.753.287)</b>	<b>(96.300.676)</b>

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

[Euros]	2008	2007
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	4.496.755.663	4.384.571.490
Imparidade	-	(1.049.476)
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	4.496.755.663	4.383.522.014
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	4.446.002.376	4.287.221.338
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(50.753.287)	(96.300.676)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	13.545.772	25.620.007
Reserva de reavaliação antes de "shadow", líquida de impostos	(37.207.515)	(70.680.669)
Participação resultados a atribuir ("shadow"), líquida impostos	(1.788.201)	-
<b>Reserva de reavaliação, líquida de impostos</b>	<b>(38.995.716)</b>	<b>(70.680.669)</b>



O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2008 é analisado como se segue:

[Euros]	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	(50.753.287)	13.545.772	(37.207.515)	-	-	-	(37.207.515)
Participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(2.432.927)	644.726	(1.788.201)	-	-	-	(1.788.201)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	28.427.197	28.427.197
Resultados transitados	-	-	-	-	-	127.687.774	-	127.687.774
Reserva legal	-	-	-	-	5.997.679	-	-	5.997.679
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(53.186.214)</b>	<b>14.190.498</b>	<b>(38.995.716)</b>	<b>5.997.679</b>	<b>127.687.774</b>	<b>28.427.197</b>	<b>1.123.119.309</b>

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2007 é analisado como se segue:

[Euros]	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	(96.300.676)	25.620.007	(70.680.669)	-	-	-	(70.680.669)
Participação resultados a atribuir ("shadow")	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	87.178.564	87.178.564
Resultados transitados	-	-	-	-	-	77.068.011	-	77.068.011
Reserva legal	-	-	-	-	4.438.878	-	-	4.438.878
Dividendos pagos em 2007	-	-	-	-	-	(35.000.000)	-	(35.000.000)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(96.300.676)</b>	<b>25.620.007</b>	<b>(70.680.669)</b>	<b>4.438.878</b>	<b>42.068.011</b>	<b>87.178.564</b>	<b>1.063.007.159</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

#### Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

[Euros]	2008					2007				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	106.403.751	21.354.121	103.966	2.316.630	130.178.468	92.480.510	17.764.560	-	2.645.291	112.890.361
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(74.393.576)	(7.517.327)	(214.901)	(996.251)	(83.122.055)	(62.380.645)	(6.511.296)	(249.476)	(1.715.931)	(70.857.348)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	35.246	440.992	(240.863)	(122.487)	112.888	(660.043)	(577.776)	389.148	50.815	(797.856)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(240.610)	-	-	-	(240.610)	(95.000)	-	-	-	(95.000)
Custos e gastos de exploração líquidos	(22.255.189)	(3.235.286)	2.403.343	(710.711)	(23.797.843)	(19.458.893)	(3.503.969)	2.373.426	(721.487)	(21.310.923)
Rendimentos	3.649.884	392.313	952.288	223.646	5.218.131	3.856.313	697.536	(12.149)	(274.042)	4.267.658
Gastos financeiros	(1.595.757)	(129.392)	(1.571.607)	(39.981)	(3.336.737)	(1.117.199)	(88.918)	(1.392.198)	(22.433)	(2.620.748)
Ganhos líquidos de activos financeiros	(2.899.430)	(321.895)	(752.597)	(186.490)	(4.160.412)	968.081	36.994	101.715	21.199	1.127.989
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	(1.047.732)	-	-	(1.047.732)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	44.444	-	861	-	45.305	3.265	-	-	-	3.265
<b>Margem técnica</b>	<b>8.748.763</b>	<b>10.983.526</b>	<b>680.490</b>	<b>484.356</b>	<b>20.897.135</b>	<b>13.596.389</b>	<b>6.769.399</b>	<b>1.210.466</b>	<b>(16.588)</b>	<b>21.559.666</b>
Proveito dos investimentos					2.729.877					1.762.232
Mais/(menos) valias realizadas					(927.722)					592.104
Despesas gerais					(108.500)					(82.671)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					3.084.348					1.786.729
<b>Resultado não técnico</b>					<b>4.778.003</b>					<b>4.058.394</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>					<b>25.675.138</b>					<b>25.618.060</b>
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões – Valor bruto	79.285.902	13.232.673	28.844.809	7.219.385	128.582.769	73.928.953	12.400.430	31.733.382	7.624.945	125.687.710
Parte dos resseguradores	31.963.904	2.394.492	27.401.568	2.550.758	64.310.722	29.396.773	1.983.685	30.406.514	2.713.471	64.500.443

### Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

[Euros]	2008				2007			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	188.668.488	792.933.847	-	981.602.335	153.953.929	700.424.490	-	854.378.419
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	73.106.961	73.106.961	-	-	57.585.022	57.585.022
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(55.899.152)	(637.752.464)	(44.388)	(693.696.004)	(46.331.283)	(498.236.684)	(36.651)	(544.604.618)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(31.998.695)	(233.569.861)	-	(265.568.556)	(5.729.694)	(281.409.372)	-	(287.139.066)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(4.001.466)	10.953.241	-	6.951.775	(7.796.677)	(49.025.978)	-	(56.822.655)
Custos e gastos de exploração líquidos	(19.527.577)	(19.441.566)	(17.183.505)	(56.152.648)	(16.329.325)	(17.482.875)	(16.143.636)	(49.955.836)
Rendimentos	11.767.955	159.678.498	-	171.446.453	8.385.439	123.723.103	-	132.108.542
Gastos financeiros	(1.004.052)	(18.166.383)	(16.673.129)	(35.843.564)	(794.860)	(5.110.221)	(10.437.851)	(16.342.932)
Ganhos líquidos de activos financeiros	(10.131.282)	(136.273.752)	1.167.279	(145.237.755)	2.030.660	33.464.996	6.852.573	42.348.229
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(28.019.409)	(8.536.078)	(10.248.507)	(46.803.994)	(30.364.759)	(9.380.143)	(11.115.881)	(50.860.783)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	167.004	1.577.887	1.197.969	2.942.860	15.406	107.884	(6.852.573)	(6.729.283)
<b>Margem técnica</b>	<b>50.021.814</b>	<b>(88.596.631)</b>	<b>31.322.680</b>	<b>(7.252.137)</b>	<b>57.038.836</b>	<b>(2.924.800)</b>	<b>19.851.003</b>	<b>73.965.039</b>
Proveito dos investimentos				12.366.629				15.298.411
Mais/(menos) valias realizadas				1.588.961				(4.220.470)
Despesas gerais				(6.392.367)				(6.488.849)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				14.010.881				15.263.786
<b>Resultado não técnico</b>				<b>21.574.104</b>				<b>19.852.878</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>14.321.967</b>				<b>93.817.917</b>

## II.8 Outras notas

### Nota 36 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas e as remunerações do Conselho de Administração, são analisados como segue:

[Euros]	2008	2007
Remunerações	1.411.463	1.256.508
Contribuições para o fundo de pensões	104.574	143.396
	<b>1.516.037</b>	<b>1.399.904</b>

As transacções com o Grupo Banco Comercial Português SA, são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transacções com a F&C, estão relacionadas com comissões a pagar à F&C relativas à gestão da carteira de títulos do Grupo.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A análise das transacções com partes relacionadas, é analisada como segue:

<b>Balanço [Euros]</b>	<b>BCP Group</b>	<b>Fortis Group</b>	<b>Pensions Fund</b>	<b>F&amp;C</b>	<b>Total</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	359.796.252	-	-	-	359.796.252
Empréstimos concedidos e contas receber	646.352.449				646.352.449
Activos financeiros disponíveis para venda	137.406.585	-	-	-	137.406.585
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.605.819.445	41.647.962	-	-	2.647.467.408
Outros activos	-	-	2.850.654	-	2.850.654
<b>Total do activo</b>	<b>3.749.374.731</b>	<b>41.647.962</b>	<b>2.850.654</b>	<b>-</b>	<b>3.793.873.348</b>
Provisões técnicas	127.845.241	37.500	-	-	127.882.741
Outros passivos financeiros	495.800.402				495.800.402
Outros passivos	20.704	-	-	5.544.597	5.565.301
<b>Total do passivo</b>	<b>623.666.347</b>	<b>37.500</b>	<b>-</b>	<b>5.544.597</b>	<b>629.248.444</b>
<b>Líquido Activo/(Passivo) 2008</b>	<b>3.125.708.384</b>	<b>41.610.462</b>	<b>2.850.654</b>	<b>(5.544.597)</b>	<b>3.164.624.904</b>
<b>Líquido Activo/(Passivo) 2007</b>	<b>3.032.430.000</b>	<b>8.419.000</b>	<b>(1.144.000)</b>	<b>(212.000)</b>	<b>3.039.493.000</b>

<b>Demonstração de resultados [Euros]</b>	<b>BCP Group</b>	<b>Fortis Group</b>	<b>Pensions Fund</b>	<b>F&amp;C</b>	<b>Total</b>
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.993.293	(4.172.598)	-	-	36.820.695
Dividendos e juros a receber	129.717.505	-	-	-	129.717.505
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.203.243)	-	-	-	(1.203.243)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(201.657.680)	-	-	-	(201.657.680)
<b>Total de proveitos</b>	<b>(32.150.124)</b>	<b>(4.172.598)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.322.722)</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(42.728.812)	(37.500)	-	-	(42.766.312)
Custos de aquisição	(55.578.384)	-	-	-	(55.578.384)
Gastos gerais e administrativos	(14.230.690)	-	(1.477.841)	(24.181.970)	(39.890.501)
<b>Total de custos</b>	<b>(112.537.886)</b>	<b>(37.500)</b>	<b>(1.477.841)</b>	<b>(24.181.970)</b>	<b>(138.235.197)</b>
<b>Líquido Proveitos/(Custos) 2008</b>	<b>(144.688.010)</b>	<b>(4.210.098)</b>	<b>(1.477.841)</b>	<b>(24.181.970)</b>	<b>(174.557.919)</b>
<b>Líquido Proveitos/(Custos) 2007</b>	<b>(74.742.000)</b>	<b>(25.414.000)</b>	<b>(696.000)</b>	<b>(15.625.000)</b>	<b>(116.477.000)</b>

Em 2008, a Millenniumbcp Fortis fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A, no montante de Euros 495.883.000. Os activos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Millenniumbcp Fortis, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

### Note 37 – Activos sob gestão

A Pensõesger e é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os activos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

[Euros]	2008	2007
Títulos de rendimento fixo	3.682.321.559	3.061.083.169
Títulos de rendimento variável	2.651.126.135	3.766.788.237
Propriedades de investimento	564.760.246	600.185.189
<b>Total</b>	<b>6.898.207.940</b>	<b>7.428.056.595</b>

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

[Euros]	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	7.428.056.595	6.815.749.436
Contribuições líquidas	455.105.146	422.076.039
Mais/(menos) valias realizadas	(976.587.394)	291.272.488
Transferências	(8.366.407)	(101.041.368)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>6.898.207.940</b>	<b>7.428.056.595</b>

### Note 38 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na Millenniumbcp Fortis. Como parte da sua governação, a Millenniumbcp Fortis adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Fortis. O objectivo primário é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de rating e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da Millenniumbcp Fortis.

#### Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Fortis, a Millenniumbcp Fortis centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Fortis na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo vida
Risco negócio	Risco de mercado	Risco específico do ramo não vida
	Risco de liquidez	

#### a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a Risco Operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para efeitos de reporte e monitorização, o Risco Operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de Evento e risco de Negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de *compliance*, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Fortis, integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores práticas de gestão do risco Operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Fortis. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui apólices para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.

POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL (EVENTO)				
Risco Operacional – identificação, avaliação, mensuração/modelação, análise, reporte, monitorização				
QUADRO DE INTEGRAÇÃO DE RISCO OPERACIONAL				
<b>Dados de Perdas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Recolha de Dados de perdas</li> <li>Benchmarking Interno vs externo</li> </ul>	<b>Modelo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>RO VaR</li> <li>Capital Económico</li> <li>Capital Regulatório</li> </ul>	<b>Auto-avaliações de Risco</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação de exposição a Risco Operacional</li> <li>? Análise de cenários</li> <li>? Identificar riscos e acionar acções</li> </ul>	<b>Indicadores Chave de Risco (KPI)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Definir KRI para diferentes áreas</li> <li>Monitorar KRI e Acções de mitigação</li> </ul>	<b>Avaliação Continuidade Negócio</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação dos PCN</li> <li>Análises de impacto</li> <li>Definir Limites</li> </ul>
Linha de Produto/Processo de Linha de Negócio/Entidade Legal				

GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL (EVENTO) POR PROCESSO/LINHA NEGÓCIO			
Mitigação de Risco (prevenção, redução/transferência, controlo)			
Plano de continuidade de Negócio (PCN)	Implementação de Controlos de Gestão	Management Control Statements	Transferência de Risco (Resseguro, etc...)

A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Millenniumbcp Fortis.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a Millenniumbcp Fortis já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus *stakeholders*, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Fortis;



- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

## b) Risco de investimento

O Risco de Investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

### Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Millenniumbcp Fortis, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Millenniumbcp Fortis está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Millenniumbcp Fortis assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “Investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados” e “carteira de negociação”, por tipo de activo:

[Euros]	2008	%	2007	%
<b>Activos financeiros disponiveis para venda</b>	<b>4.368.469.596</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.215.638.025</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	2.399.385.232	54,9%	2.029.737.765	48,1%
Obrigações	1.551.468.831	35,5%	1.536.319.370	36,4%
Acções	738.014	0,0%	24.084.441	0,6%
Fundos de investimento:				
Obrigações	95.110.502	2,2%	96.679.874	2,3%
Acções	108.952.833	2,5%	290.435.012	6,9%
Imobiliário	187.126.817	4,3%	176.251.829	4,2%
Alternativos	25.687.367	0,6%	62.129.734	1,5%
<b>Activos financeiros ao justo valor</b>	<b>5.271.845.562</b>	<b>100%</b>	<b>5.636.663.557</b>	<b>100%</b>
Dívida pública	3.462.184	0,1%	1.540.932	0,0%
Obrigações	5.198.003.400	98,6%	5.571.975.029	98,9%
Acções	-	0,0%	-	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	44.448.556	0,8%	26.309.657	0,5%
Acções	19.381.495	0,4%	22.154.694	0,4%
Imobiliário	245.213	0,0%	-	0,0%
Alternativos	6.304.714	0,1%	14.683.245	0,3%
<b>Outros activos/(passivos) financeiros</b>	<b>(422.484.475)</b>		<b>(99.002.266)</b>	
Derivados de negociação	73.315.927		(99.002.266)	
Repo	(495.800.402)		-	
<b>Total</b>	<b>9.217.830.683</b>		<b>9.753.299.316</b>	

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Um dos objectivos da política de investimento do Grupo é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria [Euros]	2008		2007	
	Valor balanço	%	Valor balanço	%
Instituições financeiras	174.194	23,6%	5.735.524	23,8%
Indústria	-	0,0%	1.969.891	8,2%
Sectores básicos e energéticos	-	0,0%	3.041.467	12,6%
Comunicações	68.008	9,2%	101.140	0,4%
Materias primas	493.552	66,9%	3.357.355	13,9%
Consumíveis não cíclicos	2.250	0,3%	2.250	0,0%
Consumíveis cíclicos	10	0,0%	1.948.465	8,1%
Energia	-	0,0%	7.608.349	31,6%
Tecnologia	-	0,0%	320.000	1,3%
	<b>738.014</b>	<b>100,0%</b>	<b>24.084.441</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria [Euros]	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros ao justo valor			
	2008		2007		2008		2007	
	Valor balanço	%	Valor balanço	%	Valor balanço	%	Valor balanço	%
Dívida pública	2.399.385.232	60,7%	2.029.737.765	56,9%	3.462.184	0,1%	1.540.932	0,0%
Instituições financeiras	1.182.242.049	29,9%	1.198.195.900	33,6%	3.090.491.712	59,4%	3.444.478.110	61,8%
Operações de securitização	5.320.712	0,1%	9.268.782	0,3%	72.398.840	1,4%	142.403.473	2,6%
Indústria	118.498.153	3,0%	116.717.913	3,3%	751.719.043	14,5%	620.514.070	11,1%
Sectores básicos e energéticos	57.949.346	1,5%	17.889.147	0,5%	174.489.718	3,4%	192.558.302	3,5%
Operações hipotecárias	15.309.264	0,4%	20.451.899	0,6%	12.661.870	0,2%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	18.871.553	0,5%	24.739.329	0,7%	50.132.535	1,0%	51.029.256	0,9%
Consumíveis cíclicos	32.415.254	0,8%	14.208.113	0,4%	374.401.217	7,2%	431.815.951	7,7%
Comunicações	39.224.911	1,0%	19.620.231	0,6%	179.814.072	3,5%	207.119.498	3,7%
Materias primas	20.002.997	0,5%	4.085.000	0,1%	406.976.462	7,8%	425.335.093	7,6%
Diversos	61.634.591	1,6%	111.143.056	3,1%	83.607.406	1,6%	55.416.744	1,0%
Energia	-	0,0%	-	0,0%	1.310.525	0,0%	1.304.531	0,0%
	<b>3.950.854.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.566.057.135</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.201.465.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.573.515.961</b>	<b>100,0%</b>

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações (com base em *ratings* externos):

Obrigações por notação de Rating [Euros]	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros ao justo valor			
	2008		2007		2008		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	1.480.424.476	37,5%	1.292.461.157	36,2%	28.943.023	0,6%	20.006.670	0,4%
AA	1.136.971.691	28,8%	1.247.072.134	35,0%	100.394.290	1,9%	102.175.034	1,8%
A	1.032.639.819	26,1%	747.035.507	20,9%	3.031.228.246	58,3%	3.205.556.855	57,5%
BBB	300.818.077	7,6%	273.690.911	7,7%	1.989.991.671	38,3%	2.178.933.960	39,1%
BB	-	0,0%	-	0,0%	49.069.801	0,9%	7.585.940	0,1%
B	-	0,0%	-	0,0%	277.522	0,0%	-	0,0%
CCC	-	0,0%	-	0,0%	140.808	0,0%	-	0,0%
Não cotados	-	0,0%	5.797.425	0,2%	1.420.222	0,0%	59.257.503	1,1%
<b>Total</b>	<b>3.950.854.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.566.057.135</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.201.465.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.573.515.961</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública – AFDV	2.399.385.232	60,7%	2.029.737.765	56,9%	3.462.184	0,1%	1.540.932	0,0%
Obrigações – AFDV	1.551.468.831	39,3%	1.536.319.370	43,1%	5.198.003.400	99,9%	5.571.975.029	100,0%
<b>Total</b>	<b>3.950.854.063</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.566.057.135</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.201.465.584</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.573.515.961</b>	<b>100,0%</b>

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica [Euros]	Activos financeiros disponíveis para venda					
	Portugal	Luxemburgo	Alemanha	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	9.153.272	85.957.230	-	-	95.110.502	22,8%
Acções	-	108.952.833	-	-	108.952.833	26,1%
Imobiliário	187.126.817	-	-	-	187.126.817	44,9%
Alternativos	2.507.680	-	-	23.179.687	25.687.367	6,2%
<b>Total em Dezembro 2008</b>	<b>198.787.769</b>	<b>194.910.063</b>	<b>-</b>	<b>23.179.687</b>	<b>416.877.519</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	9.618.599	87.061.275	-	-	96.679.874	15,5%
Acções	-	287.775.812	2.659.200	-	290.435.012	46,4%
Imobiliário	176.251.829	-	-	-	176.251.829	28,2%
Alternativos	-	-	-	62.129.734	62.129.734	9,9%
<b>Total em Dezembro de 2007</b>	<b>185.870.428</b>	<b>374.837.087</b>	<b>2.659.200</b>	<b>62.129.734</b>	<b>625.496.449</b>	<b>100,0%</b>

Fundos de investimento por zona geográfica [Euros]	Activos financeiros ao justo valor							
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	Bermudas	Ilhas Caimão	Total %
Obrigações	3.699.335	33.165.172	-	7.584.049	-	-	-	44.448.556 63,2%
Acções	271.258	16.520.025	-	2.590.212	-	-	-	19.381.495 27,5%
Imobiliário	245.213	-	-	-	-	-	-	245.213 0,3%
Alternativos	-	21	120.652	6.160.440	23.601	-	-	6.304.714 9,0%
<b>Total em 2008</b>	<b>4.215.806</b>	<b>49.685.218</b>	<b>120.652</b>	<b>16.334.701</b>	<b>23.601</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70.379.978 100,0%</b>
Obrigações	4.144.539	15.393.110	1.985.013	4.786.995	-	-	-	26.309.657 41,7%
Acções	2.371.521	16.692.957	-	3.090.216	-	-	-	22.154.694 35,1%
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	- 0,0%
Alternativos	-	-	1.035.363	6.460.535	4.316.184	1.402.486	1.468.677	14.683.245 23,3%
<b>Total em 2007</b>	<b>6.516.060</b>	<b>32.086.067</b>	<b>3.020.376</b>	<b>14.337.746</b>	<b>4.316.184</b>	<b>1.402.486</b>	<b>1.468.677</b>	<b>63.147.596 100,0%</b>

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Risco de mercado*

O Risco de Mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das acções, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A Millenniumbcp Fortis reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O Risco de Mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de ALM e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de trading, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de ALM.

A Millenniumbcp Fortis controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- (i) Análises *Cash-Flow gap*, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades.
- (ii) Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e das passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- (iii) "Duration", a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: Reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- (iv) "Earnings at risk", que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- (v) "Value at Risk" (VaR), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/indicadores de retorno e posição assim como o Capital Económico. Neste comité é também revisto a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégia óptima de alocação de activos.

### *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como o risco da Millenniumbcp Fortis se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- Realizar activos para financiar as seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Millenniumbcp Fortis, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

O quadro seguinte foi preparado tendo por base tanto as disposições legais como as contratuais e, de forma a incluir as responsabilidades relativas a contratos de seguros, cuja afectação por prazo resulta da análise feita ao *run-off* das mesmas.

Em 31 Dezembro de 2008 e 2007, a posição era a seguinte;

Risco de liquidez 2008 [Euros]	< 1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	6.210.011	3.515.013	246.904.771	1.057.270.715	1.928.018.276	-	3.241.918.786
Activos financeiros a taxa variável	33.191.567	46.596.827	109.290.237	292.100.251	276.620.690	-	757.799.572
Outros activos financeiros	536.551.466	489.021.952	74.560.372	23.771.548	82.817.431	425.858.503	1.632.581.273
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	377.492.584	662.603.407	2.238.254.835	1.923.114.758	70.379.979	5.271.845.562
<b>Activos financeiros</b>	<b>575.953.045</b>	<b>916.626.376</b>	<b>1.093.358.786</b>	<b>3.611.397.351</b>	<b>4.210.571.155</b>	<b>496.238.481</b>	<b>10.904.145.192</b>
<b>Activos Não Financeiros</b>	<b>4.268.477</b>	<b>8.437.299</b>	<b>24.954.182</b>	<b>23.414.461</b>	<b>20.305.944</b>	<b>626.558.708</b>	<b>707.939.071</b>
<b>Total de activos</b>	<b>580.221.522</b>	<b>925.063.674</b>	<b>1.118.312.968</b>	<b>3.634.811.812</b>	<b>4.230.877.099</b>	<b>1.122.797.189</b>	<b>11.612.084.264</b>
Outros passivos financeiros	34.017.241	102.387.211	531.532.062	642.868	99.943	39.977	668.719.301
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	8.099.778	333.210.508	421.327.221	2.814.339.388	1.740.064.346	-	5.317.041.241
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>42.117.019</b>	<b>435.597.719</b>	<b>952.859.283</b>	<b>2.814.982.256</b>	<b>1.740.164.288</b>	<b>39.977</b>	<b>5.985.760.542</b>
<b>Passivos não financeiros</b>	<b>73.909.845</b>	<b>43.426.092</b>	<b>567.129.798</b>	<b>1.859.050.720</b>	<b>1.803.486.530</b>	<b>156.201.427</b>	<b>4.503.204.412</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>116.026.864</b>	<b>479.023.811</b>	<b>1.519.989.080</b>	<b>4.674.032.977</b>	<b>3.543.650.818</b>	<b>156.241.404</b>	<b>10.488.964.954</b>

Risco de liquidez 2007 [Euros]	< 1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	208.741.179	22.050.721	50.502.014	952.732.322	1.542.636.921	-	2.776.663.157
Activos financeiros a taxa variável	15.198.988	7.465.431	168.518.808	276.427.318	383.299.891	-	850.910.436
Outros activos financeiros	65.083.156	53.974.619	291.403.290	3.583.031	869.459	649.445.915	1.064.359.470
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	425.733	208.641.159	1.025.278.226	2.043.935.036	2.295.045.638	63.337.766	5.636.663.557
<b>Activos Financeiro</b>	<b>289.449.055</b>	<b>292.131.929</b>	<b>1.535.702.338</b>	<b>3.276.677.707</b>	<b>4.221.851.909</b>	<b>712.783.681</b>	<b>10.328.596.620</b>
<b>Activos não financeiros</b>	<b>4.685.289</b>	<b>33.762.954</b>	<b>8.631.179</b>	<b>17.339.263</b>	<b>16.018.585</b>	<b>672.958.485</b>	<b>753.395.756</b>
<b>Total de activos</b>	<b>294.134.345</b>	<b>325.894.883</b>	<b>1.544.333.517</b>	<b>3.294.016.970</b>	<b>4.237.870.494</b>	<b>1.385.742.166</b>	<b>11.081.992.376</b>
Outros passivos financeiros	14.434.992	14.159.290	193.257.097	969.257	1.155.672	-	223.976.308
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	12.059.250	92.614.221	724.909.402	2.469.293.417	2.216.801.749	-	5.515.678.039
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>26.494.242</b>	<b>106.773.511</b>	<b>918.166.499</b>	<b>2.470.262.674</b>	<b>2.217.957.421</b>	<b>-</b>	<b>5.739.654.347</b>
<b>Passivos não financeiros</b>	<b>78.577.972</b>	<b>77.844.839</b>	<b>130.411.992</b>	<b>1.300.376.621</b>	<b>2.563.557.526</b>	<b>128.561.919</b>	<b>4.279.330.870</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>105.072.214</b>	<b>184.618.351</b>	<b>1.048.578.491</b>	<b>3.770.639.295</b>	<b>4.781.514.947</b>	<b>128.561.919</b>	<b>10.018.985.217</b>

### Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Millenniumbcp Fortis, ou seja, o Euros.

A Millenniumbcp Fortis definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço consolidado do Grupo tem a seguinte exposição por moeda:

Risco cambial 2008 [Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	9.687.199.804	24.927.602	662.750	1.004.477	9.713.794.633
Outros activos	1.898.289.630	-	-	-	1.898.289.630
<b>Total de activos</b>	<b>11.585.489.434</b>	<b>24.927.602</b>	<b>662.750</b>	<b>1.004.477</b>	<b>11.612.084.263</b>
Passivo	10.488.964.954	-	-	-	10.488.964.954
<b>Total de passivos</b>	<b>10.488.964.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.488.964.954</b>

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco cambial 2007 [Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	9.818.634.782	35.022.000	247.000	8.000	9.853.911.782
Outros activos	1.228.079.594	-	-	1.000	1.228.080.594
<b>Total de activos</b>	<b>11.046.714.376</b>	<b>35.022.000</b>	<b>247.000</b>	<b>9.000</b>	<b>11.081.992.376</b>
Passivo	10.018.985.217	-	-	-	10.018.985.217
<b>Total de passivos</b>	<b>10.018.985.217</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.018.985.217</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

[Euros]	2008	2007
<b>Activo</b>		
Caixa e disponibilidades	359.796.252	186.933.195
Empréstimos e contas a receber	646.359.569	142.726.144
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	106.825.506	73.444.129
<b>Total</b>	<b>1.112.981.327</b>	<b>403.103.468</b>
<b>Passivo</b>		
Outras responsabilidade Financeiras	557.478.703	165.249.489
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	111.240.598	58.726.819
<b>Total</b>	<b>668.719.301</b>	<b>223.976.308</b>

### c) Risco específico de seguros

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias seguradoras definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e as taxas de resgate fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisito de provisões.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional. O risco específico de seguros pode ser dividido em duas classes diferentes, uma associada ao ramo vida e outra ao ramo não vida.

Nos Seguros de Vida, o risco específico de seguro surge da incerteza relacionada com as taxas de mortalidade, e é também denominado de “risco biométrico”. Os seguros de risco (temporários) e as rendas são muito sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Quando se observam decréscimos nas taxas de mortalidade relativamente aos pressupostos de *pricing*, existe risco de longevidade. Por outro lado, quando a mortalidade observada é inferior à estimada, estamos na presença de risco de mortalidade. Assim, acréscimos inesperados nas taxas de mortalidade levam a custos com sinistros superiores ao estimado para os produtos de risco, mas custos inferiores para as rendas, e vice versa. Dado que o negócio Vida é um negócio de longo prazo, mudanças inesperadas nas taxas de resgate ou nas despesas podem também ter um impacto significativo.



Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa aos sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor actual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

#### Vida [Euros]

Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2008	Impacto no Justo Valor em 31.12.2007
Taxas de juro sem risco +100bp	(10.634.738)	(9.707.109)
Taxas de juro sem risco -100bp	(798.598)	(4.151.974)
Imobiliário e acções -10%	(21.174.226)	(40.247.255)
Despesas gerais -10%	10.507.955	9.798.265
Taxas de Mortalidade -5%	9.784.029	14.635.596
Taxas de anulação/resgate -10%	25.879.710	34.911.189

#### Gestão do risco de seguro

A Millenniumbcp Fortis gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Fortis. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

#### Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo ao dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

#### Pricing

A Millenniumbcp Fortis tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Fortis que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas sob uma base económica com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é feita regularmente, pelos actuários responsáveis, sendo nomeadamente, as provisões do ramo não vida certificadas anualmente por uma entidade externa.

### Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Fortis celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

A estratégia de resseguro é coordenada centralmente pelo Grupo Fortis para optimizar as condições dos tratados e, sempre que tal se justifique, o resseguro é canalizado através da Fortis Reinsurance, uma resseguradora do Grupo, no sentido de beneficiar da diversificação a nível do Grupo.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do sector, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos envolvidos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Vida/Invalidez	Excedente	4.000.000	100.000
Vida (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	10.000.000	300.000
Incêndio	Excedente	12.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	350.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	400.000
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000

#### Risco específico de Seguro

##### *Risco específico do ramo Não Vida*

O risco de sinistros no ramo não vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes do ramo de multiriscos e de patrimoniais (incluindo, automóvel e responsabilidade civil geral) acidentes pessoais e o ramo de saúde. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil, obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Como consequência, as provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para sinistros futuros. Em geral, a Millenniumbcp Fortis constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pelas provisões para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Fortis e é certificada anualmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Ano de subscrição	<2002	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
<b>Estimativa acumulada dos sinistros:</b>									
No final do ano de subscrição		74.262.239	61.458.284	71.738.001	78.892.093	80.400.186	89.131.140	103.273.213	
2003		73.310.823							
2004		73.506.764	63.752.840						
2005		72.750.064	63.067.999	67.394.090					
2006		73.804.986	62.763.159	65.829.281	78.851.613				
2007		74.342.675	62.633.742	65.141.651	75.069.838	80.887.616			
2008		73.161.922	60.316.660	64.974.043	74.441.114	78.768.975	86.856.346		
<b>Estimativa acumulada dos sinistros até à data</b>		<b>73.161.922</b>	<b>60.316.660</b>	<b>64.974.043</b>	<b>74.441.114</b>	<b>78.768.975</b>	<b>86.856.346</b>	<b>103.273.213</b>	
Pagamentos acumulados até 31-12-2008		71.645.528	57.943.504	60.805.889	68.756.772	72.557.200	79.634.917	72.837.621	
<b>Provisões para sinistros</b>	<b>8.726.121</b>	<b>1.516.394</b>	<b>2.373.157</b>	<b>4.168.155</b>	<b>5.684.342</b>	<b>6.211.776</b>	<b>7.221.429</b>	<b>30.435.592</b>	<b>66.336.966</b>
Outras provisões para sinistros									
Provisões matemáticas de Acidentes de trabalho									12.866.217
<b>Total Provisões para sinistros</b>	<b>8.726.121</b>	<b>1.516.394</b>	<b>2.373.157</b>	<b>4.168.155</b>	<b>5.684.342</b>	<b>6.211.776</b>	<b>7.221.429</b>	<b>30.435.592</b>	<b>79.203.183</b>

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A Millenniumbcp Fortis limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou sinistros de responsabilidade civil através de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A Millenniumbcp Fortis contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Fortis.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros os prémios adquiridos.

O rácio combinado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Rácio Sinistros	54,7%	50,6%	62,8%	57,6%	49,5%	52,7%	31,4%	26,9%	32,0%	39,3%
Rácio Despesas	25,7%	25,5%	25,9%	26,1%	26,0%	24,7%	25,1%	25,1%	23,3%	17,3%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	80,3%	76,1%	88,7%	83,7%	75,5%	77,4%	56,4%	52,1%	55,3%	56,6%

### Risco de Longevidade e Mortalidade

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas. O risco de longevidade é gerido através do pricing, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões.

Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usadas no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

A análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, com excepção da taxa de desconto, em que se usou a taxa de juro sem risco a 10 anos.

De acordo com a actual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos actuariais definidas em cada apólice, tal como ilustrado no quadro seguinte:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4%, 3%, 3,25% ou 3,8%

\* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%, independentemente das bases técnicas utilizadas no cálculo do prémio.

Em 31 Dezembro de 2008 e de 2007, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes do exame histórico das carteiras. Os *cash flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	Tabela de Mortalidade	
	Masculino	Feminino
Risco	60% GKM95	50% GKF95
Rendas	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Produtos financeiros com participação nos resultados	40% GKM95	40% GKF95

## II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Risco de Invalidez

O Risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Fortis também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos e de uma cobertura apropriada de resseguro.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

Linha de negócio Não Vida 2008 [Euros]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes e Doença	128.122.745	126.289.919	76.778.023	23.091.919	(21.003.577)
Incêndio e outros danos	35.247.246	35.084.716	10.231.469	8.725.172	(5.523.097)
<b>Automóvel</b>					
Responsabilidade civil	9.945.122	10.518.479	6.491.659	1.368.133	(1.220.369)
Outros coberturas	8.989.082	9.406.298	3.519.228	3.951.273	(1.081.707)
Marítimo aéreo e transportes	722.754	740.018	146.071	319.452	(291.608)
Responsabilidade civil geral	1.729.315	2.026.526	346.118	344.789	(1.046.115)
Crédito e caução	85.796	56.368	333	14.827	(20.318)
Protecção Jurídica	214.859	262.399	6.624	45.286	(127.246)
Assistência	2.682.846	2.738.984	1.347.318	504.872	(762.268)
Diversos	360.979	388.495	143.990	69.911	(65.976)
<b>Total Não Vida</b>	<b>188.100.744</b>	<b>187.512.201</b>	<b>99.010.832</b>	<b>38.435.634</b>	<b>(31.142.282)</b>
<b>Resseguro Aceite</b>	<b>3.633.212</b>	<b>3.504.632</b>	<b>5.397.181</b>	<b>10.171.366</b>	<b>16.399.033</b>
<b>Total</b>	<b>191.733.956</b>	<b>191.016.833</b>	<b>104.408.013</b>	<b>48.607.000</b>	<b>(14.743.249)</b>

Linha de negócio [Euros]	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2007 (1)	Custos com sinistros (2)	Provisão para sinistros em 31 de Dezembro 2008 em relação a 2007 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>29.358.274</b>	<b>34.635.645</b>	<b>4.967.811</b>	<b>10.245.182</b>
<b>Não Vida</b>				
Acidentes e Doença	40.598.518	21.002.278	22.525.455	2.929.213
Incêndios e outros danos	6.389.738	1.991.177	3.567.586	(830.975)
<b>Automóvel</b>				
Responsabilidade civil	23.505.569	4.525.327	16.981.525	(1.998.717)
Outros coberturas	1.658.433	591.855	415.275	(651.303)
Marítimo aéreo e transportes	399.115	61.051	226.015	(112.048)
Responsabilidade civil geral	2.007.284	95.961	1.696.274	(215.049)
Crédito e caução	10	37	-	28
Protecção Jurídica	243.839	756	243.839	756
Assistência	103.357	(268.337)	26.750	(344.943)
Diversos	1.656.888	35.358	1.610.688	(10.842)
<b>Total Não Vida</b>	<b>76.562.751</b>	<b>28.035.462</b>	<b>47.293.409</b>	<b>(1.233.881)</b>
<b>Total</b>	<b>105.921.025</b>	<b>62.671.107</b>	<b>52.261.220</b>	<b>9.011.301</b>

Linhas de negócio Não Vida 2008 [Euros]	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Directo</b>				
Acidentes e Doença	72.282.825	1.255.990	3.239.208	76.778.023
Incêndio e outros danos	8.959.733	770.089	501.646	10.231.469
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.122.269	216.983	(1.847.593)	6.491.659
Outros coberturas	3.688.090	174.966	(343.829)	3.519.228
Marítimo, aéreo e transportes	170.002	58.498	(82.429)	146.071
Responsabilidade civil geral	195.563	35.613	114.942	346.118
Crédito e caução	-	331	2	333
Protecção Jurídica	-	6.624	-	6.624
Assistência	(1.338.878)	273.643	2.412.553	1.347.318
Diversos	149.879	11.292	(17.181)	143.990
<b>Total Não Vida</b>	<b>92.229.483</b>	<b>2.804.029</b>	<b>3.977.320</b>	<b>99.010.832</b>
<b>Resseguro Aceite</b>	<b>1.212.017</b>	<b>3.360.848</b>	<b>824.316</b>	<b>5.397.181</b>
<b>Total</b>	<b>93.441.500</b>	<b>6.164.877</b>	<b>4.801.637</b>	<b>104.408.013</b>

#### d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias. Em 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras estatutárias são preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") e em 31 de Dezembro de 2007 as demonstrações financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 94").

A Millenniumbcp Fortis faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 150% da exigência legal.

Em 31 de Dezembro 2008 e 2007 a margem de solvência tinha as seguintes componentes:

Rubrica	31 Dezembro 2008	31 Dezembro 2007
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	(32.998.038)	4.951.312
Resultados Transitados	127.687.774	54.746.662
Resultado Líquido do Exercício	28.427.197	87.522.341
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>1.123.119.308</b>	<b>1.147.222.690</b>
Activos Intangíveis	(544.291.656)	(588.840.202)
Ajustamentos-benefícios e empregados e instrumentos financeiros	(3.693.155)	(86.963.632)
Lucros Futuros Vida	25.159.949	24.052.002
<b>Total (2)</b>	<b>(522.824.862)</b>	<b>(651.751.832)</b>
<b>Margem de Sovência Disponível (1) + (2)</b>	<b>600.294.446</b>	<b>495.470.858</b>
<b>Margem de Sovência Exigida</b>	<b>291.509.991</b>	<b>279.352.205</b>
<b>Excesso/Insuficiência</b>	<b>308.784.455</b>	<b>216.118.653</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>206%</b>	<b>177%</b>



## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Nota 39 – Justo valor*

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Millenniumbcp Fortis são os seguintes:

#### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### *Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

#### *Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações*

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

### *Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos*

#### *Passivos contingentes*

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

#### *Garantias*

Em 31 de Dezembro de 2008 o total de garantias bancárias era de Euros 169.000 (2007: Euros 169.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

#### *Compromissos*

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

[Euros]	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	79.511	194.240	329.478	603.229

### Note 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis são analisadas como segue:

Demonstrações dos resultados	2008	2007
Dividendos	11.850.000	29.700.000
Juros e outros proveitos similares	3.314.988	2.093.010
Total de proveitos	15.164.988	31.793.010
Total de custos	(946.005)	(616.998)
Resultados líquido do exercício	14.218.983	31.176.012

Balanço	2008	2007
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros activos	71.390.986	57.506.567
Total de activos	1.071.344.111	1.057.459.692
Capitais próprios	1.071.172.494	1.056.953.511
Outros passivos	171.617	506.181
Total Capitais próprios e passivos	1.071.344.111	1.057.459.692

### Nota 42 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

#### IAS 1 (Alterada) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

#### Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.
- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “*comprehensive income*”.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### **IAS 23 (Alterada) – Custos de Empréstimos Obtidos**

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a IAS – 23 Custos de Empréstimos Obtidos alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) é parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

### **IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação**

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a IAS 32 (Revista) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros com opção de venda (“puttable instruments”) e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

### **IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações ao IFRS 1 Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

**IFRS 2 (Alterada) – Pagamento em Acções: Condições de aquisição**

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

O Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2008, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não terá qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

**IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

**IFRS 8 – Segmentos Operacionais**

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pelo Grupo será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

### **IFRIC 12 Contratos de Concessão de Serviços**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. O *endorsement* por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível do Grupo.

### **IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo o Grupo encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

### **IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis**

O IFRIC 15 Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proventos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

### **IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

### **IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para o Grupo em 2009.



## □ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- Alteração à IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo.
- Alteração à IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 16 Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 19 Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pelo Grupo em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas;
- Alteração à IAS 20 Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 23 Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades do Grupo na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27.



- Alteração à IAS 28 Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.
- Alteração à IAS 38 Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas do Grupo;
- Alteração à IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.
- Alteração à IAS 40 Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. O Grupo não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

### *Nota 43 – Ajustamentos de transição para o Novo Plano de Contas*

Conforme referido na nota II.1.a), estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Grupo de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCEs 07”) aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal. As políticas contabilísticas descritas na nota II.1 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na preparação da informação financeira compara-

tiva para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, assim como na preparação do balanço consolidado de abertura em 1 de Janeiro de 2007.

Na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") e da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 94") e outras disposições emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição para o Novo Plano de Contas em 1 Janeiro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

[Euros]		1-Jan-07	31-Dez-07
<b>Situação Líquida de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores</b>		<b>1.095.666.420</b>	<b>1.147.222.690</b>
IAS 19 – Benefícios dos empregados	a)	(172.413)	891.660
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais (goodwill)	b)	(307.734.148)	(273.096.669)
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais (VOBA – Valor do negócio adquirido)	c)	407.762.574	356.901.791
IAS 40 – Propriedades de investimento	d)	-	(290.888)
IAS 39 – Instrumentos financeiros	e)	62.324.075	(15.768.445)
IFRS 4 – Contratos de Seguro (teste de adequação das responsabilidades)	f)	(27.821.835)	(26.918.989)
IFRS 4 – Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	g)	(43.913.574)	(57.833.989)
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento	h)	(105.517.389)	(68.100.002)
<b>Situação Líquida de acordo com o Novo Plano de Contas</b>		<b>1.080.593.710</b>	<b>1.063.007.158</b>

Os principais impactos nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 decorrentes da transição para o Novo Plano de Contas, são analisados como segue:

[Euros]		31-Dez-07
<b>Situação Líquida de acordo com as Políticas Contabilísticas anteriores</b>		<b>87.522.341</b>
IAS 19 – Benefícios dos empregados	a)	1.064.073
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais (goodwill)	b)	34.637.479
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais (VOBA – Valor do negócio adquirido)	c)	(50.860.783)
IAS 40 – Propriedades de investimento	d)	(887.788)
IAS 39 – Instrumentos financeiros	e)	16.108.521
IFRS 4 – Contratos de Seguro (teste de adequação das responsabilidades)	f)	902.846
IFRS 4 – Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	g)	(13.920.415)
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento	h)	12.612.290
<b>Situação Líquida de acordo com o Novo Plano de Contas</b>		<b>87.178.564</b>

#### *a) Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados*

As anteriores políticas contabilísticas requeriam que fosse reconhecida em resultados, em cada exercício, a totalidade do incremento das responsabilidades, líquida do rendimento obtido pelos fundos existentes. O excesso do valor do fundo não era reconhecido. De acordo com o IAS 19, a parcela relativa aos desvios actuarias é diferida de acordo com o método do corredor e o excesso do fundo é contabilizado como um activo.

#### *b) Goodwill*

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o *goodwill* era determinado pela diferença entre o valor de custo e o valor proporcional dos activos líquidos adquiridos, e registado no, se positivo, e amortizado num período de vida útil estimada em 20 anos. De acordo com o IFRS 3, as aquisições de empresas subsidiárias são registadas pelo

método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos pelo Grupo.

O impacto da adopção desta norma traduziu-se numa redução do capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2007 de Euros 273.097.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 307.734.000) e um aumento dos resultados líquidos consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 34.637.000.

#### *c) O valor do negócio adquirido (Value of Business Acquired – VOBA)*

O valor do negócio adquirido (Value of Business Acquired – VOBA) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição. De acordo com as anteriores políticas contabilísticas este activo intangível não era reconhecido.

O impacto da adopção desta política traduziu-se num aumento do capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2007 de Euros 356.902.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 407.763.000) e uma redução dos resultados líquidos consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 50.861.000.

#### *d) Propriedades de investimento*

De acordo com as anteriores políticas contabilísticas do Grupo, as propriedades de investimento, eram valorizados ao seu valor actual, valor este que correspondia ao valor de mercado determinado com base numa avaliação efectuada pelo menos nos últimos cinco anos.

De acordo com o tratamento alternativo do IAS 40, estes imóveis são registados ao custo amortizado sujeitos a teste de imparidade.

#### *e) Instrumentos financeiros*

De acordo com o IAS 39, os activos financeiros foram classificados nas categorias de activos financeiros disponíveis para venda, activos financeiros ao justo valor através dos resultados e empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os instrumentos de dívida.

Os activos financeiros na categoria de justo valor através dos resultados são registados a valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais registadas nos resultados do exercício.

De acordo com o PCES, os títulos de dívida eram registados ao custo de aquisição, com excepção dos títulos afectos à carteira de investimentos relativos a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador de seguro. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto era periodificado por contrapartida de resultados ao longo do período até ao seu vencimento.

Os títulos de rendimento variável eram valorizados ao seu justo valor à data do balanço. As mais e menos valias potenciais determinadas à data do balanço, eram registadas no capital próprio na reserva de reavaliação regulamentar ou, no fundo para dotações futuras no caso de activos a cobrir responsabilidades decorrentes de contratos do ramo

vida com participação nos resultados. As menos valias potenciais não cobertas pela reserva de reavaliação ou pelo fundo para dotações futuras eram registadas nos resultados.

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor. De acordo com as anteriores políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, os derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo apenas periodificado o respectivo juro corrido.

O impacto da adopção desta política traduziu-se numa redução do capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 15.768.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 62.324.000) e um aumento dos resultados líquidos consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 no montante de Euros 16.109.000.

#### *f) Provisões técnicas*

Conforme referido anteriormente e na sequência da aquisição das subsidiárias, o *goodwill* foi determinado com base no justo valor dos activos e passivos adquiridos. A avaliação da adequação das responsabilidades foi efectuada tendo por base a melhor estimativa dos *cashflows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro sem risco. Em resultado, em 31 de Dezembro de 2007 o capital próprio consolidado decresceu no montante de Euros 26.919.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 27.822.000) e os resultados líquidos consolidados aumentaram no montante de Euros 903.000.

#### *g) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)*

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, a provisão para participação nos resultados a atribuir é determinada com base nos ganhos e perdas não realizados da carteira de investimentos afectos a produtos vida com participação nos resultados, tendo por base a expectativa de que os segurados irão participar nesses ganhos e perdas potenciais quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

A adopção desta política contabilística em 31 de Dezembro de 2007, implicou uma redução do capital próprio consolidado no montante de Euros 57.834.000 (1 de Janeiro de 2007: Euros 43.914.000) e uma redução nos resultados líquidos consolidados no montante de Euros 13.920.000.

#### *h) Impostos diferidos*

As subsidiárias do Grupo já reconheciam impostos diferidos sobre as diferenças temporárias entre o balanço contabilístico preparado com base nessas políticas contabilísticas e o balanço fiscal. Nesta base, na data da transição foram adicionalmente reconhecidos os impostos diferidos determinados sobre os ajustamentos IFRS relevantes calculados a essa data.



# Relatório dos Auditores



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., apresentadas nas páginas 6 a 86, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 11.612.084.263 euros, e um total de capital próprio de 1.123.119.309 euros, incluindo um resultado líquido de 28.427.197 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

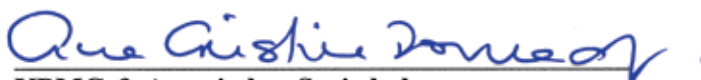


- a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007, de 31 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2009



**KPMG & Associados, Sociedade  
de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)





**IV**

## **Relatório e parecer do Conselho Fiscal**

### III – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

#### Exercício de 2008

*Senhores Accionistas,*

##### 1.

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade o Conselho Fiscal da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, individuais e consolidados, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanham o Relatório de Gestão, relativos ao Exercício de 2008, vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

No relatório e parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que traduzem a agregação da actividade anual do conjunto de empresas que compõem o universo da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.

##### 2.

O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., através dos contactos que periodicamente manteve com o Conselho de Administração e com os Serviços, tendo sempre obtido toda a informação necessária ao desempenho das funções de fiscalização.

##### 3.

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

##### 4.

No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração dá conta da forma como se processou a evolução dos negócios, num contexto de grande adversidade, e da situação da empresa, referindo com pormenor os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das actividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, cujos movimentos lhe conferem posição de relevo no conjunto das seguradoras e a liderança no que se refere ao segmento dos fundos de pensões.

Para o Conselho Fiscal, em síntese, tendo presente que, em 2008, o sector segurador apresentou, face ao ano anterior, um crescimento de 11,5%, deve ser evidenciado:

##### 4.1 Na perspectiva do posicionamento da sociedade no mercado específico em que opera:

- ▣ a manutenção da sua posição de forte grupo segurador nacional, atingindo, no final de 2008, as quotas de mercado, global de 15,8% (13,9% em 2007), no ramo Vida de 20,3% (18,6% em 2007) e no ramo Não Vida de 4,4% (4,0% em 2007);
- ▣ a posição ocupada na área de fundos de pensões representa uma quota de mercado de 34,1% e um volume de activos sob gestão de 6.898 milhões de euros, inferior em 7,0% ao valor do ano anterior;
- ▣ o reforço dos capitais próprios em 60,1 milhões de euros;
- ▣ a obtenção de um resultado líquido consolidado de 28,4 milhões de euros.

**4.2** Em termos de produção consolidada do Grupo, e onde a evolução global do sector registou um crescimento do volume de prémios de 11,5%, a MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.:

- registou um volume de prémios de seguro directo de 2.426 milhões de euros;
- obteve, relativamente ao ano anterior, no ramo Vida um aumento de 28,6% e nos ramos Não Vida um crescimento de 8,2%, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou um acréscimo de 17,5% no ramo Vida e um decréscimo de 1,3% nos ramos Não Vida;
- alcançou uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 144 milhões de euros, inferior em 34,8% à que foi registada em 2007;
- apresentou um rácio de solvência consolidado de 206,2%, em 28,8% superior ao do ano anterior.

## 5.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da MILLENNIUMBCP FORTIS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., aprove:

- o Relatório, o Balanço e as restantes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
- a proposta de apresentação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 05 de Março de 2009

### O CONSELHO FISCAL

Joaquim Patrício da Silva *Presidente*

Jose Rodrigues de Jesus *Vogal*

António Fernando Nogueira Chaves *Vogal*





